

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro



2º CICLO EM ENSINO DE EDUCAÇÃO

FÍSICA

NOS ENSINOS BÁSICOS E SECUNDÁRIO



O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

Estudo centrado em Presidentes do Conselho Pedagógico
de Agrupamentos de Escolas da Região do Dão

Dalila Inês Costa Lobo Marques Escaroupa

Orientador: Professor Doutor Antonino Manuel
de Almeida Pereira

Vila Real, novembro de 2012

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**2º CICLO EM ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO**

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

*Estudo centrado em Presidentes de Conselhos Pedagógicos de Agrupamentos
Escolares da Região do Dão*

Dalila Inês Costa Lobo Marques Escaroupa

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonino Manuel de Almeida Pereira



VILA REAL, 2012

Dissertação apresentada à UTAD, no DEP – ECHS, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de Educação Física dos Ensino Básico e Secundário, cumprindo o estipulado na alínea b) do artigo 6º do regulamento dos Cursos de 2ºs Ciclos de Estudo em Ensino da UTAD, sob a orientação do Professor Doutor Antonino Manuel de Almeida Pereira.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho apenas foi conseguido com o contributo de muitas pessoas. Por esta razão, e porque também lhes pertence, quero expressar a minha profunda gratidão, mesmo sabendo que as palavras aqui deixadas não espelham o verdadeiro sentimento que tenho.

Ao Professor Doutor Antonino Pereira, que, com muita paciência e sabedoria, me orientou. Agradeço a amizade, orientação, formação e as lições que me tem dado por palavras e pelo seu exemplo pessoal e profissional.

Ao professor Orlando Pinto, pela simpatia e ajuda, sem a qual este trabalho não seria possível.

À Professora Cristina Tavares pelo apoio dado na tradução do resumo.

A todos os Presidentes do Conselho Pedagógico (Prof. Albano Dinis, Prof. Dinis Saraiva, Prof. Helena Gonçalves, Prof. Hermínio Marques, Prof. Júlio Valente, Prof. Luís Costa, Prof. Madalena Dinis, Prof. Sidónio Costa) que me receberam sem colocar obstáculos e responderam à entrevista para que este estudo pudesse ser concluído.

Ao meu grande amigo Nuno Ribeiro, companheiro de estudos, que foi o responsável por ter decidido estudar novamente. Os seus conselhos e palavras sábias sempre foram um incentivo.

Aos meus colegas de trabalho, pela camaradagem e ajuda.

Aos meus pais e avó por todo o apoio que deram ao longo destes meses.

Ao meu marido José Carlos, por me ter acompanhado em todas as etapas deste trabalho. Foi, sem dúvida, quem mais ficou prejudicado com esta aventura, mas nunca o manifestou, pelo contrário, sempre me encorajou e proporcionou-me todas as condições para me dedicar aos estudos.

Um agradecimento muito especial ao meu filho Tomás, pois privei-o de estar comigo durante muitas horas, e que com o seu sorriso diário me deu alento para a realização desta dissertação.

Obrigada!

RESUMO

As representações dos Presidentes do Conselho Pedagógico constituem variáveis fundamentais à compreensão do processo aprendizagem e permitem obter informação capaz de contribuir para a melhoria do ensino, que pode ser fundamental para o sucesso dos alunos. Este estudo pretende descrever e compreender as representações, práticas e aspirações de Presidentes do Conselho Pedagógico de 8 (oito) Escolas da Zona Sul da Região do Dão, relativamente à disciplina de Educação Física. A natureza descritiva e exploratória dos estudo justifica a opção pelo método qualitativo, recorrendo-se às técnicas de análise de conteúdo para a análise de dados e utilizando-se a entrevista como instrumento de recolha de dados. Os principais resultados deste estudo revelam que os Presidentes do Conselho Pedagógico consideram a disciplina como fundamental/nuclear na Escola, bem como na formação dos alunos criando hábitos de vida saudável, transmissão de valores e cumprimento de regras. Veem a Educação Física como uma disciplina importante para a construção de uma Escola de qualidade, pois desenvolve algumas valências onde as outras disciplinas têm mais dificuldade. Consideram e afirmam que a carga horária da disciplina é insuficiente. Revelam que a preferência dos alunos pela disciplina é grande e prende-se principalmente aos Desportos Coletivos e à parte competitiva. Encaram a avaliação como a adequada e não há nenhum aspeto da Educação Física que não valorizem. Concordam que as atividades extracurriculares são indispensáveis pois dão mais dinâmica à Escola. Referiram que o apoio que o Conselho Pedagógico poderá dar à disciplina de Educação Física e aos seus profissionais é a aprovação das atividades propostas.

Palavras-chave: Presidente Conselho Pedagógico, Escola, Educação Física, Representações, Valorização.

ABSTRACT

The performances of the School Board Principals are essential variables to the understanding of the learning process and allow obtaining information capable of contributing to the teaching improvement, which may be of most importance for the students' success. This study pretends to describe and understand the performances, practices and yearnings of the School Board Principals from eight schools of the southern region of Dão, concerning Physical Education. The exploratory and descriptive nature of this study justifies the option for the qualitative method, recurring to content analysis techniques to the data analysis and using the interview as an instrument of data gathering. The main results of this study reveal that the School Board Principals consider this subject as being fundamental at school, as well as in the students' education, creating habits to a healthy lifestyle, transmitting personal values and rules accomplishment. They see Physical Education as an important subject to the building structure of a school with quality since it develops some abilities where other subjects have more difficulties. They consider and claim that the hour load of the subject is insufficient. They reveal that the students' preference on the subject is huge and it is mostly because of the group sports and the competitive aspect. They think evaluation is adequate and there is no aspect about Physical Education they don't value. They agree that extracurricular activities are essential because they provide dynamics to school. They refer that the support the School Board may provide to Physical Education and their technicians is the approval of the proposed activities.

Keywords: School Board Principals, School, Physical Education, Representations, Appreciation.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	VII
RESUMO.....	IX
ABSTRACT.....	XI
ÍNDICE GERAL	XIII
INDICE DE QUADROS.....	XV
LISTA DE SÍMBOLOS.....	XVII
INTRODUÇÃO	19
REVISÃO DA LITERATURA.....	23
CAPÍTULO I – A ESCOLA.....	25
1.1- CONCEITOS	25
1.2- OBJETIVOS.....	26
1.3- ORGANIZAÇÃO.....	28
1.4- IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA SOCIEDADE ATUAL	30
1.5- OS ÓRGÃOS DA ESCOLA	33
CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO FÍSICA.....	37
2.1- CONCEITOS	37
2.2- OBJETIVOS.....	38
2.3- A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA SOCIEDADE	40
2.4- O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA	40
2.5- ESTUDOS/INVESTIGAÇÕES REALIZADAS.....	44
METODOLOGIA.....	49
3.1- CAMPO DE ESTUDO	51
3.2- INSTRUMENTO DE PESQUISA	52
3.3- PROCEDIMENTO PARA A RECOLHA DE DADOS	53
3.4- TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	53
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	55
CONCLUSÕES	77
5.1- LIMITAÇÕES DO ESTUDO	80
5.2- SUGESTÕES PARA FUTUROS ESTUDOS	81
5.3- CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85
ANEXOS.....	99
GUIÃO DE ENTREVISTA.....	101

INDICE DE QUADROS

Quadro 1- Caraterização da amostra.....	52
Quadro 2- .Significado da Educação Física	57
Quadro 3- .Papel da Educação Física na construção de uma Escola de qualidade.....	58
Quadro 4- .Importância da Educação Física na formação dos alunos.....	59
Quadro 5- .Opinião dos Presidentes do Conselho Pedagógico sobre a valorização da Educação Física por parte dos alunos.....	60
Quadro 6- Opinião dos Presidentes do Conselho Pedagógico sobre os motivos do gosto pela prática da Educação Física.....	61
Quadro 7- Opinião dos Presidentes do Conselho Pedagógico sobre os aspetos mais valorizados nas aulas de Educação Física.....	62
Quadro 8- Horário Semanal.....	63
Quadro 9- Conteúdos Programáticos.....	64
Quadro 10- Avaliação.....	66
Quadro 11- Aspetos mais valorizados na Educação Física.....	67
Quadro 12- Aspetos menos valorizados na Educação Física.....	68
Quadro 13- Importância das atividades extra curriculares na Escola.....	68
Quadro 14- Razão da Importância das atividades extra curriculares.....	69
Quadro 15- Género de atividades extra curriculares.....	70
Quadro 16- Opinião dos Presidentes do Conselho Pedagógico relativamente à realização de atividades por parte do grupo de Educação Física.....	71
Quadro 17- Atividades realizadas pelo grupo de Educação Física.....	72
Quadro 18- Atividades realizadas são adequadas.....	73
Quadro 19- Atividades realizadas pelo grupo de Educação Física consideradas mais importantes.....	73
Quadro 20- Caraterísticas dos professores de Educação Física para contribuírem para a escola de qualidade.....	74
Quadro 21- Apoio dado à Educação Física por parte dos órgãos de gestão.....	75

LISTA DE SIMBOLOS

03+0

Feminino
Masculino

INTRODUÇÃO

A Escola surge da necessidade de iniciar a divisão das tarefas, separando de forma hierárquica os saberes, ou seja, a necessidade de sistematizar as diferentes formas de trabalho. Assim surgem as hierarquias sociais que desencadeiam um processo de distribuição desigual. Ocorre, portanto, a separação entre: o que faz, o que sabe com o que se faz e o que se faz com o que se sabe. Saber e ensinar a saber (Brandão, 2002).

A Escola é uma realidade social porque, para além da estrutura física, é um espaço de “ações levadas a cabo por pessoas situadas num sistema de interação caracterizado por determinados estatutos, papéis e regras de funcionamento (formal e informal)” (Alves – Pinto, 1995, p. 146).

Atualmente, a Escola está transformada na instituição com mais responsabilidades na promoção de hábitos de atividade física. A ela cabe a responsabilidade na criação de oportunidades que mantêm a aptidão física funcional dos jovens (Mota & Sallis, 2002).

A Educação Física será, em primeira instância, um espaço escolar curricular (do ensino básico ao secundário); em segunda instância será um projeto essencial ao desenvolvimento dos indivíduos em idade escolar, acarretando compromissos sócio-culturais e políticos numa orientação agora definida com o seguinte sentido: Educação Física como meio e como fim, numa direção eclética e inclusiva (DGEBS, 1992).

A Educação Física vive uma crise sem precedentes quer a nível nacional como internacional (Bento, 1999). Seguindo a linha deste autor, esta crise manifesta-se num declínio acentuado do seu estatuto, em reduções de tempo no horário escolar, na inadequação de recursos materiais e pessoais, na erosão dos padrões de qualidade e profissionalismo, no surgimento de formas alternativas de oferta de atividade física na Escola, mas de carácter optativo ou voluntário.

Defende-se que qualquer sistema educativo deve reservar para a Educação Física o lugar e a importância necessários no estabelecimento de equilíbrio e reforço das relações entre as atividades físicas e os outros elementos de educação (UNESCO, 1978).

Nos dias de hoje a Educação Física depara-se com um problema, os alunos ficam desmotivados com a disciplina, o que não é um problema da disciplina ou dos seus conteúdos programáticos, mas da forma como é ministrada e no contexto em que decorre (Castelli & Rink, 2003; McKenzie, Marshall, Sallis & Conway, 2000).

O Ministério da Educação refere a importância de “assumir claramente a Educação Física e o Desporto Escolar como meio educativo privilegiado para desenvolver pessoal e socialmente as crianças e os jovens portugueses” (Decreto-Lei N.º 95/91, de 26 de fevereiro).

De acordo com Neira (s/d), é na disciplina de Educação Física que os alunos aprendem regras sociais, nomeadamente a partilhar, a jogar em equipa, aprendem a aceitar a perder e a ganhar, a dividir o material, a respeitar as regras, assim como aos colegas. Mouroço (2008), refere que a Educação Física proporciona um elevado peso ao nível do género de vida em termos dos aspetos mais sociais como o fair-play, companheirismo, igualdade social, competitividade, entre outros.

O conselho pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente (Decreto-Lei N.º 75/2008, de 22 de abril).

“O Papel da Educação Física na Escola” é um tema considerado relevante, uma vez que se pretende expor o impacto da disciplina de Educação Física nas escolas e nos agrupamentos de escolas na perspetiva de um dos órgãos máximos das escolas e dos agrupamentos de escolas, os Presidentes dos Conselhos Pedagógicos.

Atualmente a Educação Física serve para auxiliar e instaurar na Escola saberes científicos, técnicos, estéticos, entre outros, e assim revelar algo de diferente na vida dos envolvidos e da sociedade, na qual o ponto de partida da prática enquanto educação é mostrar algumas situações de equilíbrio da hierarquia educacional, onde se expressa importante não apenas o professor como formador de ideias, mas sim o professor – aluno – Escola - sociedade responsável pela construção do conhecimento comum (Saviani, 2005).

Algumas décadas atrás, a disciplina de Educação Física podia ser lecionada por “docentes” não profissionalizados na área. Atualmente, esta disciplina apresenta um conjunto de potencialidades e de riquezas específicas que não podem ser promovidas por qualquer área curricular. É uma disciplina de caráter obrigatório, desde o Ensino Básico até ao 12º ano de escolaridade, onde são promovidas atividades desportivas com vários benefícios para os alunos, tais como, físicos, psicológicos e de socialização (Lei n.º85/ 2009, de 27 de agosto).

Pode dizer-se que os programas de Educação Física devem ser concebidos em função das necessidades e das características pessoais dos praticantes, assim como das condições institucionais, culturais, sócio-económicas e climáticas de cada país e que estes devem contribuir, tanto pelo conteúdo como pelos seus horários, para o aparecimento de atitudes e comportamentos propícios ao desenvolvimento da pessoa humana (UNESCO, 1978).

Embora a reconstrução da Educação Física seja emergente, está numa posição favorável para aumentar a prática de atividade física nas crianças, já que para muitas delas a aula de Educação Física é a única oportunidade que têm para praticar exercício e para usufruir dos benefícios da atividade física (Wang, Pereira, & Mota, 2005).

Para Bento (cit. Rego, 1995, p13), “a Escola precisa de riso, de entusiasmo, de dinamismo, de palmas; precisa que se goste dela. O desporto pode contribuir para isso, com dias desportivos, com competições e torneios internos e externos, com pontos altos na vida escolar. Trata-se de, integrar mais a vida na Escola e a Escola na vida.”

Tendo em conta as referências supracitadas, o problema do nosso estudo consiste em saber qual a importância da Educação Física para o desenvolvimento de uma Escola de qualidade na perspetiva de Presidentes dos Conselhos Pedagógicos.

Desta forma definimos os seguintes objetivos do nosso estudo:

- Identificar as representações que os Presidentes dos Conselhos Pedagógicos têm acerca da disciplina de Educação Física;
- Conhecer as iniciativas dinamizadas pelo grupo disciplinar de Educação Física que os Presidentes dos Conselhos Pedagógicos valorizam mais com vista à criação da Escola de excelência;

- Analisar as iniciativas que na opinião dos Presidentes dos Conselhos Pedagógicos devem ser promovidas pelo grupo disciplinar de Educação Física com vista à criação de uma Escola de qualidade.

REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO I – A ESCOLA

1.1. Conceitos

Desde os tempos da antiguidade clássica, a educação é considerada como a arte de formar os homens, dando plenitude e alimento ao corpo e à alma. Confere, ainda, uma base sólida à pessoa, contribuindo para a sua formação individual e especializada (Delors, 2005, citado por Couto, 2006).

“A educação é a transmissão de qualquer coisa de sólido – e só se transmite aquilo que o encarregado da transmissão considera digno de ser conservado” (Savater, 2010, p. 38).

Sendo mais específicos sobre o conceito de Escola, Dacal (1986, p. 127) afirma: “A ideia mais viva sobre a Escola é a de a considerar como uma comunidade, isto é, um conjunto organizado de pessoas” que “têm possibilidade de receber estímulos e realizar iniciativas com base em poderes de decisão autodeterminada” (Dacal, 1986, p.127).

Pois, “a Escola é uma instituição social que existe pelas interações que se verificam entre os seus membros” (Alves-Pinto, 1995, p.51).

O autor referido anteriormente (p.146) refere que a Escola é uma realidade social porque, para além da estrutura física, é um espaço de “ações levadas a cabo por pessoas situadas num sistema de interação caracterizado por determinados estatutos, papéis e regras de funcionamento (formal e informal)”. Partilhando da mesma opinião, Touraine (1997, citado por Azevedo, 2000, p.3), diz que “a Escola concebeu-se como uma agência de socialização numa sociedade que não separava a cidadania da educação”.

Para muitos alunos, a Escola é considerada como a segunda casa. Mas não pode ser vista como um substituto da família ou outros espaços essenciais ao desenvolvimento dos jovens, como o bairro, o clube desportivo, o café ou a internet (Matos & Sampaio, 2009).

“Temos uma sociedade «incerta», uma família «incerta» e indivíduos «incertos» (Fernandes, s. d., p. 253). Inicialmente a Escola foi pensada para receber uma sociedade com indivíduos que soubessem viver em sociedade e com famílias estáveis (Fernandes, s.d., p.253).

Para Azevedo (1996), a Escola contribui para aprender a conhecer e a aprender a fazer, aprender a viver juntos, a viver uns com os outros e aprender a ser. Preparando o ser humano para ser autónomo, crítico e conseguir decidir por si próprio.

Segundo Payet (1997, citado por Abrantes, 2003, p.108), “a Escola já não é uma entidade única mas sim plural; os seus modelos, missões e usos multiplicam-se e sobrepõem-se”. A Escola é a estrutura base da sociedade moderna (Grilo, 2002).

A Escola é um espaço de interação orientado por normas próprias, que permitem a cada ator ou conjunto de atores um certo grau de autonomia de forma a que possam delinear estratégias de atuação em função dos objetivos organizacionais e de acordo com os projetos pessoais. Assim, é neste contexto de ação que cada um define as suas formas de participar e viver as atividades escolares. A forma como se estrutura e desenvolve toda a ação estratégica dos atores está de alguma forma, dependente da perceção que cada um tem da organização (Saraiva, 2002).

1.2. Objetivos

A Escola desempenha um papel importante na formação e desenvolvimento das pessoas. Ela tem de acompanhar as mudanças sociais que se vão impondo, tentando adaptar a sua forma de agir e de pensar, tornando-se uma Escola preparada para o futuro. Um dos seus grandes objetivos é procurar resolver desigualdades, proporcionando a educação para todos (Alves-Pinto, 1995).

Deve ter como primeira tarefa ensinar, preparando os alunos para o mundo competitivo, tornando-os disciplinados e trabalhadores, não fazendo tudo ao seu gosto (Crato, 2010). Como matéria-prima a Escola tem os alunos e os professores, os quais devem contribuir para o êxito escolar apesar das dificuldades encontradas que a sociedade impõe na transmissão de conhecimentos (Fonseca, 1999).

Para Azevedo (2000) a Escola desempenha a função social de ensinar os cidadãos a submeterem-se ordeiramente ao funcionamento das organizações formais, respeitando hierarquias e procedimentos administrativos e a agir de forma correta em conformidade com as normas estabelecidas, a função social de em sociedade individualmente treinar os

indivíduos a crescerem em sociedade. É também função da Escola, para além de transmitir conhecimentos, também fomentar o desenvolvimento global do indivíduo, a nível cognitivo, motor, afetivo, criativo e contribuir para a sua socialização, interiorização de valores dominantes na sociedade (Canário, 1993).

Como diz Roberto Carneiro, “a reconstrução de uma cidadania forte passa necessariamente pela reabilitação daqueles estaleiros primários de socialização e por uma estratégia educativa concertada que coloque os valores da convivência acima de valores fugazes do sucesso económico” (Carneiro, 2000, citado por Azevedo, 2000, p.13).

Aprender a aprender é uma das missões da Escola. A eficácia da Escola perante o papel da sociedade contemporânea, depende da capacidade e do empenho dos professores e das lideranças locais. “Investir na formação dos docentes e dos gestores escolares, motivá-los para as novas tarefas que se lhes abrem, nos planos formativo, social, cultural e comunitários, afigura-se cada vez mais como tarefa inadiável” (Carneiro, citado por Azevedo, 1999, p. 257). Esta está em crise e incapacitada de projetar a sua filosofia, na sua prática e na sua gestão, e as novas realidades com que se confronta. Poucos são os que entendem que a globalização da sociedade impõe que a Escola confira a capacidade de pensar universalmente e agir localmente, preservando a diversidade das nações. Neste contexto de mundialização das economias e do comércio e da propagação das sofisticadas tecnologias da informação, o risco da uniformização cultural é um risco concreto que deve ser combatido na Escola e pela Escola, sob pena de negarmos a própria educação (Castilho, 2002).

A qualidade da Escola é fundamental para os países e para as comunidades. A avaliação de desempenho das escolas e dos professores, será a salvaguarda no futuro, para melhoria da educação e da formação de qualidade. (Azevedo, 2000). Esta Escola de qualidade só avançará verdadeiramente quando se considerar que o ensino básico é prioritário (Savater, 2010), que o professor é quem manda na sala de aula (Castillo, R., 2010) e quando se recrutarem bons profissionais e se melhorarem as condições de trabalho. Assim os professores sentem-se mais motivados e passam essa motivação aos alunos também (Delors, 1996).

Segundo Castro (1987), para haver uma Escola de qualidade têm de existir determinados fatores, como dar a devida importância aos objetivos académicos, dedicar uma grande parte

do tempo letivo ao assunto da aula, haver disciplina e as intervenções de carácter disciplinar serem reduzidas ao mínimo, existirem regras de atuação claras e centradas no grupo e feedbacks claros e não ambíguos sobre o trabalho dos alunos, dar elogios pelo bom trabalho, haver uma participação dos alunos na vida escolar, proporcionar aos professores formação em serviço na área da gestão da aula e da relação pedagógica e boas condições materiais da Escola.

Se houver uma boa aposta numa integração, concretizada através de incentivos ao estudo e ao sucesso, a relação extracurricular entre alunos e professores conduz também ao prestígio da Escola (Abrantes, 2003).

Para que o sucesso da Escola seja alcançado é necessário que o diretor da Escola tenha uma boa visão educacional, possua uma forte capacidade de liderança e seja capaz de trabalhar em equipa; que os professores partilhem da nova visão de educação e de Escola; que o diretor da Escola e os representantes dos professores, pais e da autarquia local partilhem da tomada de decisão sobre o orçamento e a gestão de equipamentos e professores (Davies, 1997, p.37). “Há, pois, que fazer com que a direção das escolas seja confiada a profissionais qualificados, portadores de formação específica, sobretudo em matéria de gestão” (Delors, 1996, p.140).

Segundo Grilo (2002), há três fatores fundamentais para o sucesso de uma Escola, são eles: corpo docente estável; forte liderança por parte do órgão de gestão da escola e o projeto educativo ir de encontro às necessidades da comunidade escolar.

1.3.Organização

A organização da Escola rege-se por princípios fundamentais do sistema educativo, apoiámo-nos na legislação, relevante que a sustenta.

De acordo com a Lei n.º 46/86 , de 14 de outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e pela Lei n.º 49/2005 (Lei de Bases do Sistema Educativo), o sistema educativo organiza-se na educação pré-escolar, na educação escolar e na educação extra escolar. A educação pré-escolar, complementa a ação educativa da família, com a qual estabelece

estreita cooperação. A educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui atividades de ocupação de tempos livres. A educação extra escolar engloba atividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e atualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal (Capítulo II, Artigo 4º, LBSE, L n.º 46/86 de 14 de outubro).

No artigo 3º desta lei, podemos então ler que os principais objetivos do sistema educativo são:

“Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico ... descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes ... Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão dos sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias”.

Como vemos, a descentralização e conseqüente delegação das decisões para instâncias intermédias ou locais supõe uma maior participação das comunidades envolventes à Escola. É também neste documento, sobretudo no capítulo VI (artigos 46 a 49) que se começa a preparar a legislação que dá cumprimento aos princípios de “participação de todos os implicados no processo educativo” e “ inserção comunitária dos estabelecimentos de ensino”, nomeadamente ao definir os vários autores implícitos. Apesar disso, os domínios da sua participação permanecem indefinidos, uma vez que apenas surge uma referência à administração e gestão da escola (artigo 48º).

O DL n.º 75/2008 de 22 de Abril, trata mais especificamente da participação e responsabilização dos atores implicados na vida escolar, nomeadamente do seu papel nos órgãos de direção da Escola, será aprofundado mais à frente neste trabalho.

1.4. Importância da Escola na sociedade atual

É no interior da Escola que primeiramente se devem debater as mudanças, sejam elas organizacionais ou pedagógicas, de forma a que se vá criando uma identidade estruturada nas relações entre todos os atores do espaço educativo e capaz de se relacionar com o exterior (Freitas & Afonso, 1999, citado por Gonçalves, 2009).

Segundo Brandão (2002), a Escola surge da necessidade de iniciar a divisão das tarefas, separando de forma hierárquica os saberes, ou seja, a necessidade de sistematizar as diferentes formas de trabalho. Assim surgem as hierarquias sociais que desencadeiam um processo de distribuição desigual. Ocorre, portanto a separação entre: o que faz, o que sabe com o que se faz e o que se faz com o que se sabe. Saber e ensinar a saber.

De todos os agentes de socialização, os mais importantes, ao longo da vida do indivíduo, são a Escola e a família porque contextualizam o seu desenvolvimento. A relação entre a Escola e a família é a articulação desejável para a integração dos diferentes modos de estar e ser dos indivíduos. Tanto a família como a Escola têm a ganhar nesta interação. Os pais veem reforçado o seu papel e sentem reforçadas as atitudes mais favoráveis no processo de interação. A Escola terá tendência para enriquecer e diversificar as suas práticas, porque ao sentir-se mais seguro o professor estará disponível para estabelecer a cooperação (Dias, 1999).

A sociedade atual não permite uma Escola parada no tempo, exige que a Escola seja ativa, dinâmica e aberta ao meio. A Escola deve desenvolver uma cultura de participação, deve saber partilhar a educação com a família, com todos os envolventes no seio da educação e com a comunidade, podendo só assim torná-los cidadãos mais responsáveis e livres na sociedade (Saraiva, 2002).

Na opinião de Savater (2010), a Escola tem de desempenhar dois papéis, um é que a Escola tem de assumir aspetos básicos da formação básica da consciência social e moral das crianças, levá-las a aceitarem o esforço da aprendizagem e disciplina que é uma das condições do ensino, outro é a transmissão dos conteúdos do ensino que compete à própria Escola. O primeiro que seria da responsabilidade da família e o segundo o que é obrigação da Escola.

Isto leva a que a Escola não consiga desempenhar na perfeição a sua tarefa específica e começam a exigir-lhe novas exigências para as quais não está preparada.

A Escola não pode continuar a ser apenas um local de instrução, mas tem de ser também um local onde se personaliza, socializa e educa. Este papel não pertence somente à família. A Escola tem de ser um local de diálogo onde os jovens possam participar de uma forma empenhada e alegre no seu projeto educativo. Deste modo deixaremos de formar jovens passivos, conformados e sem opinião, para formarmos jovens participativos, ativos, com iniciativa e criatividade, com autonomia, dinâmicos e críticos (Sampaio, 1996, citado por Costa, 1999).

“A Escola tem de assumir o encargo de numerosos aspetos da formação básica da consciência social e moral das crianças que relevavam antes da responsabilidade da socialização primária levada a cabo no interior da família. ...tem de suscitar o princípio da realidade necessário para que as crianças aceitem submeter-se ao esforço da aprendizagem, disciplina que é condição prévia de ensino, mas de que a Escola tem hoje de se incumbir, ao mesmo tempo que procede à transmissão dos conteúdos secundários do ensino que tradicionalmente lhe competia” (Savater, 2010, p.27). É vista como a instituição que dá continuidade ao trabalho educativo que se iniciou no seio familiar, a Escola é o símbolo de complemento educativo que não é desempenhado pela família (Ribeiro, 2009). O mesmo autor sublinha que, a Escola deveria estar em ligação com os pais e a restante comunidade educativa. Se esta ligação com os pais e outras entidades se efetua então, estamos no bom caminho para um futuro com mais e melhor educação. Entre a Escola e a família há a necessidade de definir funções e responsabilidades dos intervenientes (pais, alunos, professores, diretor, pessoal não docente).

Como não tem sido tarefa fácil, a Escola dar resposta às diversidades e condicionamentos socioculturais e económicos dos alunos, “é urgente criar uma atitude, reinventar a Escola numa perspetiva mais ampla do centro educativo não isolado do exterior, não distante da vida social, mas orgânica e funcionalmente interagente com o meio e com os outros centros educativos” (Frausto, 1998, citado por Pedro, 2002, p. 138). Seguindo a ideia anterior, a aprendizagem escolar será uma parcela cada vez menor da aprendizagem global que os alunos vão ter. Isto não significa que vão aprender menos na Escola, mas sim que irão aprender cada vez mais no exterior, “na Escola devem é aprender melhor” e por isso, o novo papel da Escola

deverá ser “o de promover a aquisição de saberes e competências chave e de auxiliar a estruturar a grande diversidade de vivências exteriores em torno desses saberes e competências chave” (Figueiredo, 1998, citado por Costa, 1999).

Segundo Marçal Grilo (2002) a Escola tem objetivos educacionais e sociais, pois para muitos alunos Ela é o único local onde recebem afeto. A Escola ajuda na resolução de problemas pela proximidade que tem dos próprios alunos, contribuindo desta forma para a coesão social, devendo por isso existir uma preocupação com a igualdade no acesso, progressão e sucesso escolar (Meyer, 2000).

Marques (1991) afirma ser a Escola a instituição ideal para o exercício da cidadania, e deverá ser vista como uma instituição comunitária ao alcance direto dos pais, porque só assim se alcançará o sucesso de todos e se colmatarão as desigualdades sociais e culturais.

A Escola depende da cooperação de outras organizações da sociedade para atingir os seus objetivos. Como tem de assumir algumas das funções familiares, procurando criar condições mínimas indispensáveis para o desenvolvimento da sua função específica, utilizando parte dos recursos de que dispõe em trabalhos que não se caracterizam especificamente, como pedagógicos. A influência da Escola na sociedade em que está inserida é alcançada e reconhecida através da criação de objetivos mais claros e definidos, quer a nível pedagógico como a nível de padrões de interação e integração (Romeu, 1987).

“Durante muito tempo, estas duas entidades (escola e família) quase se ignoraram ou, pelo menos, mantiveram apenas relações espaçadas e irregulares: a escola limitando-se, a maioria das vezes, a informar os pais dos resultados obtidos e do «comportamento»; os pais limitando-se a justificar as faltas, a assinar as cadernetas e ainda a louvar ou a castigar, quando a Escola a isso os incitava, louvando-os e castigando-os ela mesma por seu lado. As responsabilidades de cada uma dessas entidades apresentavam-se bem definidas, nessa altura: à Escola competia a instrução; aos pais, criar e educar.” (Tavoillot, 1972, citado por Ribeiro, 2009, p.18).

Quando se pretende uma Escola de qualidade tem de se apostar na qualidade do clima ecológico dos estabelecimentos de ensino, de forma a torná-los locais onde dê gosto aprender

e dê gosto viver, e valorizando os saberes de todos os intervenientes, professores, alunos, pais e outros agentes educativos (Patrício, 1992).

1.5. Os órgãos da Escola

A Escola é constituída pelo Conselho Geral, Direção, Conselho Administrativo, Associação de Pais e Encarregados de Educação e Conselho Pedagógico

O Conselho Geral é constituído pelos representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local.

O Diretor Executivo, em conjunto com o chefe dos serviços administrativos escolares ou quem o substitua, integra outro órgão – o Conselho de Administrativo. O Conselho Pedagógico é constituído, mais uma vez pelo Diretor, chefes dos departamentos, coordenadores de ciclo dos diretores de turma, representantes dos pais e alunos e pelo responsável dos serviços de psicologia e orientação.

Assim como sucede no Conselho Geral e no Conselho Pedagógico, o Conselho de Turma para além de integrar o respetivo diretor, os restantes professores da turma e o responsável pelos serviços de psicologia e orientação, contempla também a participação de um representante dos encarregados de educação e dos alunos. Quanto às funções dos diferentes órgãos, o Conselho Geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da Escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa (ver artigo 11º do Decreto-Lei nº 78/2008, republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho). O Diretor é o órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial. As suas competências encontram-se definidas pelo artigo 20º do Decreto-Lei n.º 78/2008, republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho). O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente, assume as competências e atribuições constantes do artigo 33º do Decreto-Lei n.º 137/2012, republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de

julho). O Conselho Administrativo acompanha e verifica a legalidade da gestão administrativa e financeira da escola, para além de ser o órgão deliberativo nesta matéria.

O diretor é o órgão de administração e gestão do Agrupamento de Escolas ou Escola não agrupada nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial. O diretor é coadjuvado por um subdiretor e por um a três adjuntos e esse número de adjuntos é fixado em função da dimensão dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas, o seu mandato tem a duração de quatro anos.

O diretor deverá promover um clima de interação para que todas as pessoas se sintam bem, com vontade de realizar e partilhar experiências com a respetiva comunidade educativa (Ribeiro, 2009).

Das competências do diretor destacamos estabelecer a política pedagógica da Escola, estimular o trabalho na Escola, criar oportunidades de diálogo entre todos os membros da comunidade educativa, determinar a gestão económica da Escola, estabelecer contactos periódicos com os professores, pais e alunos e representar oficialmente a Escola (Diez, 1989, citado por Ribeiro, 2009).

O exercício das funções de diretor ocorre em regime de comissão de serviço e em regime de dedicação exclusiva, o que implica a incompatibilidade do cargo dirigente com quaisquer outras funções, públicas ou privadas, remuneradas ou não. O diretor está isento de horário de trabalho e está obrigado ao cumprimento do período normal de trabalho, assim como do dever geral de assiduidade.

O Conselho Pedagógico de acordo com o artigo 31.º do Decreto-Lei n.º75/2008, de 22 de abril, é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do agrupamento, especificamente nos domínios pedagógico-didático, de orientação e acompanhamento dos alunos e também nos domínios da formação inicial e contínua do pessoal docente. O normativo em referência (artigo 32.º) determina que a composição do Conselho Pedagógico é da responsabilidade de cada Escola, sendo a sua composição definida no Regulamento Interno, a qual deve salvaguardar a participação e representação da comunidade educativa, até ao máximo de dezassete membros.

Ao diretor é confiada a gestão administrativa, financeira e pedagógica, assumindo para o efeito, a presidência do Conselho Pedagógico. No sentido de reforçar a liderança da Escola e de conferir maior eficácia e responsabilidade ao diretor, é-lhe conferido o poder de designar os responsáveis pelos departamentos curriculares, principais estruturas de coordenação e supervisão pedagógica. Este decreto-lei corresponde a um outro objetivo, o do reforço da autonomia das Escolas. A uma maior autonomia tem de corresponder maior responsabilidade. Deve ainda desenvolver-se um sistema de auto avaliação e de avaliação externa e só com estas duas condições preenchidas será possível avançar de forma sustentada para o reforço da autonomia das Escolas.

De acordo com o Decreto-Lei nº78/2008, republicado pelo Decreto-Lei nº ° 137/2012, de 2 de julho, compete ao Conselho Pedagógico elaborar a proposta de Projeto Educativo da Escola, apresentar propostas para elaboração do Plano Anual de Atividades e pronunciar-se sobre o respetivo projeto, pronunciar-se sobre a proposta de Regulamento Interno, pronunciar-se sobre as propostas de celebração de contratos de autonomia, elaborar o plano de formação e de atualização do pessoal docente, em articulação com o respetivo Centro de Formação de associação de escolas, e acompanhar a respetiva execução, definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos, propor aos órgãos competentes a criação de áreas disciplinares ou disciplinas de conteúdo regional e local, bem como as respetivas estruturas programáticas, definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos e das modalidades especiais de educação escolar, adotar os manuais escolares, ouvir os departamentos curriculares, propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito da Escola e em articulação com instituições ou estabelecimentos do ensino superior vocacionados para a informação e a investigação, incentivar e apoiar iniciativas de índole formativa e cultural, definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração de horários, definir os requisitos para a contratação de pessoal docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável, intervir, nos termos da lei, no processo de avaliação do desempenho dos docentes, proceder ao acompanhamento e avaliação da execução das suas deliberações e recomendações, colaborar no levantamento das necessidades, a nível de Escola, que definam as prioridades do Orçamento para cada ano letivo, eleger o respetivo presidente de entre os seus membros docentes.

O Conselho Pedagógico reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respetivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros, ou sempre que um pedido de parecer do Conselho Geral ou do Diretor o justifique.

CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO FÍSICA

2.1 Conceitos

Segundo o Conselho Nacional das Associações de Profissionais de Educação Física (2002) Educação Física é uma atividade curricular eclética, inclusiva e visa o desenvolvimento multilateral do aluno.

A Educação Física é “uma disciplina predominantemente orientada para a formação da competência desportivo-motora e para o desenvolvimento da capacidade de rendimento corporal” (Bento, 1991, p.102), contribuindo desta forma para o desenvolvimento da personalidade dos alunos. Ainda na opinião do mesmo autor, a Educação Física é uma disciplina concreta que contribui para o desenvolvimento da personalidade, das capacidades e habilidades dos alunos (Bento, 1995).

Carreiro da Costa (1988, p. 16) define a disciplina de Educação Física como um “processo racional, sistematizado e intencional de tornar acessível a todos os jovens que frequentam a instituição escolar, o conjunto transitório de conhecimentos, hábitos, valores, atitudes e capacidades que constituem o património da cultura física”.

Gayz (1993, citado por Santos, 1998), entende a Educação Física como uma parte da educação geral, no sentido em que promove o desenvolvimento da personalidade dos alunos, através do desenvolvimento das atividades físicas, motoras, intelectuais, afetivas e morais, tendo sempre em vista a sua integração na sociedade.

Na opinião de Januário (1995), a Educação Física surge como um campo profissional e académico que abarca um conjunto de saberes estreitamente relacionados com o desenvolvimento físico e motor, com repercussões e efeitos educativos na totalidade do ser humano, numa filosofia de formação contínua.

Gomes (2003) diz que a orientação central da Educação Física é a promoção de hábitos de vida ativa nas crianças e nos jovens, e que esses hábitos os acompanhem durante toda a vida.

Seguindo o mesmo raciocínio, Rodrigues (2005) conclui que a Educação Física é uma componente curricular imprescindível na contribuição do fortalecimento do organismo, melhorando o estado de saúde, proporcionando o desenvolvimento de habilidades úteis à vida, criando hábitos culturais de higiene.

Santos (1998, p. 4) caracteriza a Educação Física escolar como uma disciplina curricular de indispensável relevância, na medida em que “ao configurar-se numa ação normativa de valores, atitudes, habilidades e condutas humanas, que se expressa no ato pedagógico de um agente pedagógico (o professor de Educação Física), que a partir dos elementos da cultura física (o desporto, o jogo, a dança, a ginástica) impõe uma intencionalidade (sistema de valores – estando ou não estando consciente disto o agente pedagógico) que se torna imprescindível na formação de crianças e jovens”.

2.2 Objetivos

Segundo o Decreto-Lei N.º 95/91 de 26 de fevereiro (com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis N.ºs 133/93 e 141/93, ambos de 29 de abril, e Decreto-Lei N.º 165/96, de 5 de setembro e retificado nos termos da Declaração de Retificação N.º 35/91, de 27 de março, publicada no DR, I-A, suplemento, de 30.03.1991 e DL 74/2004 - Diário da República. 1ª Série, n.º47, 940-942) a Educação Física tem cinco objetivos: a) contribuir para a formação integral dos alunos na diversidade dos seus componentes bio fisiológicos, psicológicos, sociais e axiológicos, através do aperfeiçoamento das suas aptidões sensoriomotoras, da aquisição de uma saudável condição física e do desenvolvimento correlativo da personalidade nos planos emocional, cognitivo, estético, social e moral; b) promover a prática de atividades corporais, lúdicas e desportivas, bem como o seu entendimento enquanto fatores de cultura e de concretização de valores sociais, estéticos e éticos; c) incentivar o gosto pelo exercício físico e pelas práticas desportivas, como meio privilegiado de desenvolvimento pessoal, interpessoal e comunitário; d) apoiar, estimular e desenvolver o desportivismo, o espírito de equipa e as atitudes de cooperação, solidariedade, autonomia e criatividade, bem como a capacidade de interpretação e de compreensão das potencialidades do desporto como expressão cultural e fator de desenvolvimento humano; e) contribuir para a integração e

reabilitação dos alunos portadores de deficiências, através de atividades que atendam às suas características específicas.

A Educação Física possui objetivos que vão do curto ao longo prazo, segundo Duda e Ntoumanis (2003, citado por Marmeleira & Gomes, 2006, p. 36), “procura elevar os níveis de atividade física dos jovens através dos conteúdos práticos das próprias aulas e através do estímulo que representa nas opções dos tempos livres; simultaneamente, num horizonte mais alargado, procura promover a adoção de estilos de vida ativos e saudáveis”.

Vieira (2002, citado por Marmeleira & Gomes, 2006, p.36) refere que um dos objetivos fundamentais da Educação Física é a aprendizagem dos desportos, pois ajuda o adolescente a descobrir a pluralidade e a riqueza dos movimentos que o seu corpo lhe possibilita.

Segundo Bento (1991, p. 106) a Educação Física também tem cinco objetivos, o desenvolvimento individual ótimo da capacidade de rendimento corporal, a formação de uma consciência de moral social, a aquisição de um fundamento cognitivo e afetivo, propriação de habilidades e capacidades motoras essenciais à vida e motivação e formação de competências respeitantes à organização autónoma da prática desportiva corporal no tempo livre.

A Educação Física é considerada como meio propício para o desenvolvimento completo e harmonioso do ser humano, favorece a condição física, a capacidade de trabalho e a aptidão corporal, desenvolve e transmite valores como o espírito desportivo, responsabilidade, espírito de equipa, comando, iniciativa, coragem, perseverança e tolerância (UNESCO, 1977).

Segundo Del Valle et al (2005) um dos últimos objetivos do ensino e das estratégias de aprendizagem de conteúdos em Educação Física, é “ensinar a pensar”, só assim se consegue que o aluno seja independente e tenha autonomia. Por sua vez o professor deve desenvolver no seu aluno a capacidade de refletir criticamente sobre as suas próprias ações e sobre a sua própria aprendizagem dos conteúdos.

2.3 A importância da Educação Física na sociedade

Sobral (1985) refere que a necessidade da Educação Física já se verificava na Antiguidade, quer no campo das práticas educativas das suas civilizações quer nos documentos regidos pelos seus pensadores.

Hardman e Marshall (2000, citado por Marmeleira & Gomes, 2006, p. 38), referem que uma das razões para desvalorização da Educação Física é o ceticismo social quanto ao seu valor académico, pois dão mais ênfase aos conteúdos teóricos e variedade de ofertas desportivas fora da Escola.

A Educação Física desempenha um papel muito importante na tomada de consciência do corpo e do potencial físico. Faz com que os indivíduos sejam mais alegres e mais saudáveis (UNESCO, 1977).

A Educação Física é um local privilegiado para se investir na promoção da saúde no contexto da saúde pública ao longo da vida, da mesma forma como os programas escolares devem influenciar os conhecimentos, comportamentos e atitudes desde a infância até à idade adulta (Haywood, 1991; Sallis & McKenzie, 1991).

2.4 O papel da Educação Física na Escola

A Educação Física representa uma disciplina fundamental para o currículo escolar português, fazendo parte do plano de estudos dos alunos do Jardim de Infância (Expressão Motora), dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico (Expressão e Educação Físico-Motora) até ao Ensino Secundário (Marmeleira & Gomes, 2006).

Normalmente todos os alunos gostam e demonstram interesse pela disciplina de Educação Física (Aranha & Melo, 2006).

A motivação do aluno influencia-o para a prática e capacidade de correção de erros (Solmon, 1991, citado por Pereira et al, 1998, p.8).

Rodrigues (2005) destaca que, ao longo do desenvolvimento da criança no contexto escolar, a Educação Física tem um papel importante, uma vez que as atividades, exercícios e brincadeiras realizados nas aulas, promovem o desenvolvimento das áreas cognitiva, motora e auditiva.

A disciplina de Educação Física é uma forma específica da relação do sistema educativo com o corpo. É uma forma de lhe conferir importância educativa. A existência da Educação Física como área curricular expressa e denota a intenção de o sistema educativo intervir na criação, configuração e modelação do corpo ou de, pelo menos, não se alhear completamente deste processo. A Educação Física distingue-se de outras áreas pelo fato de se ocupar preferencialmente da corporalidade do homem (Bento, 1995).

Para o autor referido anteriormente (Bento, 1995), a Educação Física e respetivos programas constituem representações sociais das atividades físicas e desportivas, tendo já um caráter de significado na nossa sociedade. A Educação Física escolar providencia uma ótima oportunidade para que todos os alunos participem em atividades físicas e desportivas de forma estruturada e regular.

“A Educação Física enquanto componente curricular da educação básica deve assumir uma outra tarefa: introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do desporto, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física em benefício da qualidade de vida” (Betti & Zuliani, 2002, p. 75). Esta deve estar atenta à importância cultural da sua prática, ou seja, a Educação Física deve manter uma relação com o contexto cultural que influencia a formação do repertório motor dos alunos. A partir desse repertório e de seu enriquecimento cultural, os alunos terão a possibilidade de expressarem movimentos mais livres, facilitando o processo de ensino-aprendizagem e a participação nas aulas de Educação Física.

Nos dias de hoje, a Educação Física depara-se com um problema, os alunos ficam desmotivados com a disciplina, o que não é um problema da disciplina ou dos seus conteúdos programáticos, mas da forma como é ministrada e no contexto em que decorre (Castelli & Rink, 2003; McKenzie, Marshall, Sallis & Conway, 2000).

Para Kirk (1997, citado por Pereira, 2005, p.VII) “em alguns países, a Educação Física nas escolas tem estado em declínio nos últimos anos, já que os conteúdos dos seus programas têm desinteressado, cada vez mais, os estudantes”. Contudo, Bento (1991, citado por Pereira, 2005, p. VII) diz-nos que não são os programas quem determinam a qualidade do trabalho na escola, mas sim a qualidade da atividade e do empenho dos professores e alunos.

Segundo Mattos & Neira (2000) o professor de Educação Física tem o papel de mediador de conhecimento, com a responsabilidade de transmitir as informações que serão assimiladas pelos alunos, ou seja, apresentar conhecimentos ao aluno, indicar caminhos que façam com que os alunos cheguem à solução dos problemas surgidos durante as atividades propostas em aula e, dessa forma, fazendo com que o aluno pense. No contexto atual o professor deve passar por uma mudança de, não somente para lidar com alunos mais críticos, mas também para lidar com essa falta de motivação para participar nas aulas de Educação Física e achar a melhor forma de solucionar tal problema. A postura do professor é o indicador principal para a participação ou não nas aulas de Educação Física. As aulas de Educação Física deverão despertar a alegria, serem vividas com sucesso e motivantes, os alunos devem sentir que estão a aprender algo que lhes é indispensável no momento e no futuro (Matos e Graça, 1991, citado por Faria, 2005).

Esta disciplina assume, no campo escolar, um destaque especial comparativamente com as outras disciplinas, visto proporcionar “aos seus alunos” oportunidades de cooperação, prestígio dentro dos seus grupos e atividades de livre participação em ações conjuntas (Nunes, 1986).

E complementa Le Boulch e Jean Mattos (2008, p. 129): “O suporte prático da ação no desenvolvimento psicomotor passa exclusivamente pelas atitudes e pelos movimentos do corpo. É pela atividade do corpo, suporte da ação, em integração com a linguagem, que se realizará a harmonização entre o afetivo e o cognitivo, e não pela razão ou magia do verbo.”

O Ministério da Educação refere a importância de “assumir claramente a Educação Física e o Desporto Escolar como meio educativo privilegiado para desenvolver pessoal e socialmente as crianças e os jovens portugueses” (Decreto-Lei N.º 95/91, de 26 de fevereiro). Sendo a Educação Física uma componente importante de todo o sistema educativo, o direito à educação inclui o direito ao desporto (UNESCO, 1977).

De acordo com Neira (s/d), é na disciplina de Educação Física que os alunos aprendem regras sociais, nomeadamente a partilhar, a jogar em equipa, aprendem a aceitar a perder e a ganhar, a dividir o material, a respeitar as regras, assim como aos colegas. Mouroço (2008), refere que a Educação Física proporciona um elevado peso ao nível do género de vida em termos dos aspetos mais sociais como o fair-play, companheirismo, igualdade social, competitividade, entre outros.

Carreiro da Costa (1988) refere que a disciplina de Educação Física deve apresentar-se como uma área disciplinar autónoma e organizar-se de forma a responder de forma adequada aos princípios curriculares – extensão, progressão e integração – não esquecendo todos os domínios da cultura física.

Reconhecendo o valor da Escola para a promoção da atividade física e estilos de vida ativos e saudáveis, o American of Pediatrics (2000, citado por Marques, 2010) enunciou algumas recomendações:

- 1- As escolas devem assegurar que todas as crianças e jovens participem no mínimo 30 minutos em atividade física com intensidade moderada a vigorosa durante o dia escolar.
- 2- As escolas devem oferecer programas de Educação Física relacionados com a saúde, baseados em evidências, que compreendam as normas nacionais para os alunos em todas as escolas. Estes programas devem providenciar quantidade substancial de atividade física moderada a vigorosa e devem ensinar aos alunos habilidades motoras e comportamentos que os façam ser ativos pelo resto da vida.
- 3- O estado deve certificar-se que a disciplina de Educação Física é ensinada por professores qualificados, em todos os níveis de ensino.
- 4- O estado deve certificar-se que as escolas cumprem o que vem expresso nos programas de Educação Física.
- 5- As escolas devem expandir as oportunidades para os alunos participarem em atividades físicas, através de clubes, torneios internos e interescolares, que satisfaçam os interesses de todos os alunos.

- 6- As escolas devem promover o transporte ativo e os líderes devem trabalhar com as autoridades locais para assegurarem que os alunos tenham percursos seguros para caminharem e andarem de bicicleta de e para a Escola.
- 7- Os centros de desenvolvimento das crianças e escolas básicas devem providenciar às crianças pelo menos 30 minutos de intervalo durante o dia escolar.
- 8- As escolas devem proporcionar um programa de saúde baseado em evidências que enfatize os comportamentos motores e o aumento da atividade física e diminuição de comportamentos sedentários.
- 9- As escolas de formação de professores devem providenciar programas de preparação profissional que produzam professores altamente qualificados para ensinarem os programas de Educação Física.

Assim, esta disciplina assume, no campo escolar, um destaque especial comparativamente com as outras disciplinas, visto proporcionar aos seus alunos oportunidades de cooperação, prestígio dentro dos seus grupos e atividades de livre participação em ações conjuntas (Nunes, 1986).

2.5. Estudos/investigações realizadas

Muitos pais e até alguns professores consideram que a Educação Física não é tão importante a nível académico como as restantes disciplinas (UNESCO, 1977).

Ainda será longo o caminho a percorrer no sentido de um reconhecimento efetivo da disciplina como essencial para o crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens do nosso país, vigorando por vezes, ainda, a ideia de que a Educação Física apenas deverá ter a função de recreio e entretenimento, cabendo ao professor de Educação Física o papel de “entertainer” dos alunos (Crum, 2000).

Ao investigar a relevância dos programas de Educação Física e das atividades extracurriculares na preparação dos alunos para participarem em atividades físicas ao longo da vida, Fairclough et al (2002) aplicaram um questionário a 51 (cinquenta e um) professores de Educação Física em escolas do Reino Unido, e verificaram que a disciplina providencia significativamente menos oportunidades para os alunos participarem em atividades que

poderão praticar ao longo da vida do que as atividades extracurriculares. Esse dado é preocupante porque a Educação Física assume um caráter obrigatório, enquanto que as atividades extracurriculares são facultativas, logo não implica a participação de toda a população estudantil.

Nos dias de hoje, esta disciplina é vista como “um processo para a solução de determinadas tarefas de Educação e Formação, com características gerais, idênticas às de todo o processo pedagógico e que se realiza sob as mesmas formas e características de sistema como a Educação no sentido lato” (Bento, 1986, p.32).

Foi realizado um estudo em duas escolas urbanas de ensino elementar, os resultados obtidos demonstraram que há atitudes bastante positivas relativamente à Educação Física em função do ambiente agradável e divertido em que decorrem as atividades durante as aulas. A disciplina proporcionou sentimentos mais positivos que outras disciplinas escolares e, na opinião dos alunos, deveria ocupar mais horas nas atividades letivas. No entanto, evidenciaram atitudes bastante críticas quanto à valorização excessiva da competição nas aulas, atribuindo a este fator efeitos redutores de participação e prazer nas aulas de Educação Física (Dyson, 1995).

Gonçalves (1998) realizou um estudo onde verificou as relações entre as características e crenças dos alunos e seus comportamentos nas aulas de Educação Física. Este estudo envolveu 389 (trezentos e oitenta e nove) alunos, a grande maioria dos participantes (62,7%) manifestou atitudes bastante positivas em relação à Educação Física, tendo sido verificado que apenas 6,9% dos alunos gostavam pouco da disciplina. Na maioria, o espaço dedicado à disciplina no currículo foi considerado suficiente, sendo a quantidade de rapazes favoráveis ao alargamento do espaço da disciplina nas atividades escolares significativamente superior à de raparigas. Quanto à importância da disciplina para a própria formação, 85,3% valorizou de forma expressiva a mesma, sem que esta opinião se diferenciasse de acordo com o género.

Num outro estudo Garcia e Queirós (2000) desenvolveram um trabalho em duas dezenas de escolas públicas e particulares do Grande Porto, com estudantes do 9.º ano de escolaridade, na disciplina curricular de Educação Física, com a intenção de verificar como é que a instituição Escola se relaciona com o corpo e perceber se há ou não um afastamento entre aquilo que é

uma exigência social e as experiências facultadas aos alunos. Os autores verificaram a predominância do apelo à dimensão técnica sem a sua contextualização à pessoa ou ao próprio jogo. Esta meta é mais incidente que qualquer outra, não se tornando evidente a concordância entre os conteúdos e os objetivos primariamente propostos. Referem, ainda, que o formalismo técnico impera de uma maneira exagerada, notando-se que as atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física estão bastante afastadas daquelas pretendidas pelos próprios alunos.

Brandão (2002) pretendeu identificar as atitudes dos alunos do ensino secundário face à Educação Física escolar e ao currículo estabelecido para a mesma. Os principais resultados mostraram que os alunos, em geral, e os do género masculino em particular, manifestam uma disposição favorável à Educação Física. Os alunos também expressaram uma atitude mais favorável para com as atividades curriculares diversificadas, propiciadoras do prazer. Ter êxito nas atividades foi o fator mais significativo no desenvolvimento de atitudes distintas do género para com a Educação Física escolar. Conclui-se que os alunos manifestaram uma atitude claramente desfavorável para com o reduzido tempo de aula. Relativamente aos conteúdos curriculares, estes foram assinalados pelos alunos como os fatores mais determinantes de experiências positivas e negativas nas aulas de Educação Física. Os alunos destacaram uma preferência pelos desportos coletivos e consideraram a Educação Física importante na sua formação e a importância percebida da Educação Física revelou-se o aspeto mais significativo no desenvolvimento de atitudes para com a escolha de frequentar ou não a Educação Física na Escola.

Num estudo recente Rebelo (2010) estudou as representações, práticas e aspirações de 8 (oito) alunos do 12.º ano de escolaridade de uma escola do Norte Interior de Portugal, face à disciplina de Educação Física. As principais conclusões do estudo indicam que a Educação Física é uma disciplina prática e diferente das restantes, tendo um papel importante relativamente ao nível da socialização, da formação de cidadãos e transmissão de valores. Os alunos demonstraram gosto pela disciplina justificando o envolvimento social, a intenção de manter a forma física, o divertimento, as interações sociais, os benefícios para a saúde, o desafio de situações competitivas, a aprendizagem de novas habilidades e o gosto pelas matérias de ensino. Salientaram a relação professor/aluno e as modalidades praticadas como os aspetos mais valorizados nas aulas e reconheceram que a Educação Física é importante na

promoção de hábitos de vida saudáveis e estilos de vida ativos. Na sua opinião a carga horária é insuficiente e destacaram preferência pelos desportos coletivos. Gostariam que a Educação Física abordasse novas modalidades para tornar a disciplina mais motivadora e atraente.

METODOLOGIA

METODOLOGIA

3.1. Campo de estudo

O nosso estudo incidiu sobre 8 (oito) Presidentes do Conselho Pedagógico de agrupamentos de escolas da zona sul da região demarcada do Dão.

A Região Demarcada do Dão foi instituída em 1908, situada no centro de Portugal, na província da Beira Alta.

A natureza conferiu à região demarcada do Dão um conjunto de felizes coincidências geográficas. Entre zonas profundamente montanhosas, convivem vales com colinas e declives suaves e arredondados. O clima, não obstante ser temperado, é frio e chuvoso no inverno e muito quente e seco no verão. Encontram-se, assim, reunidas as condições únicas para a produção de vinhos sem igual.

A região do Dão – com uma superfície geográfica de cerca de 376 000 hectares – estende-se pelos municípios de Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua do Distrito de Coimbra; Aguiar da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia e Seia do Distrito da Guarda; Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Sátão, Tondela e Viseu do Distrito de Viseu.

No quadro seguinte apresentamos a caracterização dos indivíduos envolvidos na presente investigação. Participaram no estudo 8 Presidentes do Conselho Pedagógico de agrupamentos de escolas da zona sul da região demarcada do Dão, sendo 6 (seis) indivíduos do sexo masculino e 2 (dois) do sexo feminino, com idades compreendidas entre os trinta e nove e os cinquenta e um anos de idade.

Sujeito	Género	Idade	Habilitações Literárias	Presidente do Conselho Pedagógico
E1	♂	51	Licenciatura	10 anos
E2	♀	50	Licenciatura	7 anos
E3	♀	50	Mestrado	11 anos
E4	♀	49	Mestrado	10 anos
E5	♀	47	Pós-graduação	9/10 anos
E6	♀	46	Mestrado	15 anos
E7	♀	45	Pós-graduação	6 anos
E8	♂	39	Licenciatura	3 anos

Quadro 1 – Caracterização da Amostra

Legenda: E1 – número da Entrevista; ♀:Feminino; ♂: Masculino.

3.2. Instrumento de Pesquisa

O instrumento de pesquisa pelo qual optámos foi a entrevista semiestruturada. Este método permite-nos retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos (Quivy & Campenhoudt, 2003).

A entrevista semiestruturada caracteriza-se pela existência de um guião previamente preparado, que serve de eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista, procurando garantir que os diversos participantes respondam às questões (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Ao utilizarmos a entrevista semiestruturada usufruímos das seguintes vantagens (Biklen & Bogdan, 1994): otimização do tempo disponível; tratamento mais sistemático dos dados; permite seleccionar temáticas para aprofundamento; permite introduzir novas questões.

O guião de entrevista (Foddy, 1996) foi elaborado com base na literatura consultada (Brandão, 2002; Marques, 2002; Sousa, 2005; Henrique & Januário, 2005; Moreira, 2006), tendo em consideração os objetivos do estudo.

O guião foi submetido a peritos, no sentido de ouvir a sua opinião. Para Hérbert e Goyette (1990) a validade do instrumento de recolha de dados levanta o problema de saber se o investigador observa realmente aquilo que pretende observar, isto é, se com a utilização do presente instrumento de recolha de dados, obtém os dados que deem resposta à questão da investigação.

Daqui apareceu a necessidade de fazer alguns ajustamentos, surgindo assim a segunda versão do guião de entrevista.

Para assegurar que as perguntas são bem compreendidas e as respostas correspondem, de fato, às informações procuradas, é necessário testar as perguntas (Quivy & Campenhoudt, 2003). Realizou-se continuamente o processo do pré-teste a um elemento do universo do nosso estudo.

Para Polit (1995), o pré-teste permite identificar falhas e avaliar exigências de tempo.

Concluído este processo, não foi necessário efetuar ajustamentos, passando o guião a definitivo (ver anexo 1).

Em conformidade, tivemos em conta as seguintes etapas: elaboração de uma entrevista semiestruturada; aplicação da entrevista e respetiva aplicação à amostra considerada no estudo.

3.3. Procedimento para a recolha de dados

As entrevistas foram efetuadas nos gabinetes dos Presidentes do Conselho Pedagógico, no período de abril a junho de 2012, tendo sido aplicadas de forma individual.

Na investigação, tivemos em consideração os dois princípios éticos que, na perspetiva de Hérbert e Goyette (1990), devem orientar o investigador: apresentámo-nos fornecendo dados sobre a nossa pessoa, sobre a instituição de origem e qual o tema do nosso estudo, informámos os indivíduos sobre os objetivos da investigação garantindo o direito de anonimato, como também o acesso às gravações e análises.

Antes de iniciar a entrevista, propriamente dita, procurámos criar um clima mais informal.

3.4. Técnica de análise de dados

A técnica de análise de dados utilizada foi a Análise de Conteúdo, que é uma das técnicas mais utilizadas em ciências sociais (Bardin, 2008; Vala, 1986 citado por Pereira & Leitão, 2007). A análise de “conteúdo é o conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (Bardin, 2008).

A técnica referida anteriormente pode ser utilizada no estudo de ideologias, sistemas de valores, representações e aspirações; modos e lógicas de funcionamento de organizações; produções culturais e artísticas; processos de difusão e socialização; interpretação de acontecimentos, de reações a decisões; mentalidades, sensibilidades (Heinemann, 2003; Quivy & Campenhoudt, 1998, citado por Pereira & Leitão, 2007).

Para se realizar o processo de análise de conteúdo, devem-se seguir as seguintes etapas (Vala, 1986 citado por Pereira & Leitão, 2007):

- delimitação dos objetivos e definição de um quadro de referência teórico;
- constituição de um corpus;
- definição de categorias;
- definição de unidades de análise;
- quantificação (se necessário);
- interpretação dos resultados obtidos.

A categorização, segundo Bardin (2008), é um processo que consiste em dividir elementos das mensagens analisadas em categorias, esta operação contém duas etapas, o inventário (isolar elementos) e a classificação (repartir os elementos, dando organização às mensagens). Podemos definir categoria como uma rubrica considerável que junta elementos de um discurso (Guerra, 2006, citado por Rebelo, 2010).

A construção do sistema de categorias foi feita *a posteriori* após uma leitura flutuante das entrevistas (Bardin, 2008).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo iremos expor os resultados obtidos depois da aplicação técnica de análise de conteúdo, tendo em conta os objetivos do nosso estudo bem como a bibliografia consultada.

O nosso trabalho centra-se nas representações dos Presidentes do Conselho Pedagógico sobre a disciplina de Educação Física, pretendendo, através das falas dos entrevistados, conhecer e compreender tais representações.

Significado da Educação Física

Quanto ao significado da Educação Física, a quase totalidade dos nossos entrevistados encara a disciplina como sendo fundamental. Tal como se pode verificar no quadro n.º 2 a categoria mais valorizada foi Disciplina Fundamental.

Categorias	N.º
Disciplina fundamental	5
Desenvolvimento físico e afetivo	1
Desenvolvimento competências	1
Fundamental numa escola	1

Quadro n.º 2 – Significado da Educação Física

“Acho que a disciplina de Educação Física é uma disciplina nuclear, importante, muito importante...” E7.

“... para mim é fundamental (...) penso que a Educação Física é fundamental numa escola...” E2.

Efetivamente esta resposta vai de encontro ao que é evidenciado por Santos (1998) quando afirma que a Educação Física Escolar é uma disciplina curricular de indispensável relevância, pois “a Educação Física como área do currículo contribui para o desenvolvimento integral do aluno ao incidir sobre o seu comportamento motor utilizando especificamente a atividade motora nos processos de ensino aprendizagem” (Rego, 2002, p. 12).

Papel da Educação Física na construção de uma Escola de qualidade

Alguns dos presidentes do conselho pedagógico caracterizam o papel da Educação Física na construção de uma Escola de qualidade, como uma disciplina que Desenvolve outras valências (quadro n.º3). Valências essas que só esta disciplina pode desenvolver devido às suas características, por ser uma disciplina mais prática capaz de promover a saúde e o bem-estar.

Categorias	N.º
Desenvolve outras valências	2
Interage com todas as outras	1
Crescimento saudável	1
Desempenho melhor	1
Complemento das outras disciplinas	1
Projeta a escola	1

Quadro n.º 3 – Papel da Educação Física na construção de uma Escola de qualidade

“... contribui para, que se desenvolvam outras valências, outras atividades...” E1.

“...pode investir nas aulas (...) podem investir nalgumas modalidades do desporto escolar...” E5.

Todos os entrevistados consideram que a Educação Física contribui para a construção de uma escola de qualidade, podendo desta forma desenvolver outras valências, sendo colmatadas algumas dificuldades.

Como nos diz Grilo (2002), se o corpo docente for estável, houver uma boa liderança por parte do órgão de gestão da escola e o projeto educativo for de encontro às necessidades dos alunos temos uma escola de qualidade.

Santos (2008) refere que a aprendizagem é decisiva para o desenvolvimento dos alunos, sendo indispensável a procura da complementaridade entre as diferentes disciplinas a fim de facilitar-lhes um desenvolvimento intelectual, social e afetivo mais completo e interligado, que conduz a uma escola de qualidade.

Importância da Educação Física na formação dos alunos

Para a maioria dos presidentes do conselho pedagógico das escolas, a Educação Física é fundamental para a formação dos alunos não só ao nível da criação de hábitos de vida saudável que podem manter no futuro, como na transmissão de valores e no cumprimento de regras.

As categorias mais valorizadas foram Desenvolvimento de valores e de competências e Competências sociais como se pode verificar pela leitura do quadro n.º 4.

Categorias	N.º
Desenvolvimento de valores e de competências físicas	2
Competências sociais	2
Fundamental no desenvolvimento de todos os alunos	1
Mais abrangente que as outras	1
Formação integral em todas as dimensões	1
Promoção da saúde	1

Quadro n.º 4 – Importância da Educação Física na formação dos alunos

“... é uma disciplina que se for bem aproveitada, para além da parte física e motora (...) dá para trabalhar uma infinidade de valores” E5.

“... é importante também para a formação dos alunos ao nível das competências sociais...” E6.

Nesta perspetiva, Vygotsky (1994), afirma que os alunos nas aulas de Educação Física participam das diversas experiências corporais para as quais são provocados. Ao serem ajudados por professores e colegas, acabam por descobrir novos modelos.

As relações entre os colegas provocam o simbolismo e a necessidade de comunicação nos participantes. A Educação Física que se utiliza do movimento como ferramenta pedagógica cria um ambiente propício para a ampliação das aprendizagens. Segundo Araújo e Santos (2009), a Educação Física tem um papel de muita importância na formação de valores do aluno, devido a situações que acontecem na aula.

Valorização da Educação Física

Segundo os nossos entrevistados a Educação Física, é uma disciplina muito valorizada pelos alunos, (quadro n.º5), havendo alunos que gostam e outros que gostam muito ou a detestam.

Categorias	N.º
Gostam	7
Gostam muito ou detestam	1

Quadro n.º 5 – Opinião dos Presidentes do Conselho Pedagógico sobre a valorização da Educação Física por parte dos alunos

“... é uma disciplina que agrada sempre aos miúdos. Eles gostam de Educação Física (...) vão felizes para a Educação Física...” E5.

“Sabemos todos que a Educação Física é das disciplinas que hoje os alunos mais apreciam...” E3.

As respostas dadas vão de encontro à opinião de Aranha e Melo (2006), quando referem que normalmente todos os alunos gostam e demonstram interesse pela disciplina de Educação Física, os alunos têm uma atitude positiva face à Educação Física, gostam e consideram-na importante (Pereira, 1995; Santos, 2001).

Esta disciplina assume um destaque especial quando comparada com as outras disciplinas, pois proporciona aos alunos oportunidades de cooperação, prestígio dentro dos seus grupos e atividades de livre participação em ações conjuntas (Nunes, 1986). A disciplina de Educação Física tenta dar aos seus alunos uma formação desportiva de base, aumentando de forma programada as suas capacidades motoras e despertando alegria e prazer através do movimento (Botelho & Duarte, 1999).

“Para alguns é o momento de lazer, diversão, descontração, para outros significa desporto, competição, prática física ou ainda caracteriza-se como um momento para relaxar, enfim cada um tem um conceito sobre Educação Física e sua aplicação na Escola” (Deon, 2010, p.1).

Para Shinogov (2002, citado por Deon, 2010) a disciplina de Educação Física é para muitos alunos a disciplina de que eles mais gostam e estão sempre ansiosos que chegue a hora da aula, por outro lado há alunos que não gostam da disciplina e colocam-na em segundo plano. No quadro 6, está representada a opinião dos presidentes do conselho pedagógico, relativamente aos motivos dos alunos pelo gosto da prática da disciplina de Educação Física.

Categorias	N.º
Parte prática	1
Bom relacionamento com os professores	1
Extravasar energias	1

Quadro n.º 6 – Opinião dos Presidentes do Conselho Pedagógico sobre os motivos do gosto pela prática da Educação Física

“Gostam porque para já é uma atividade prática, essencialmente prática e os jovens gostam de uma forma geral de atividades práticas” E4.

“... dão-se bem com os professores, pelo menos é a situação que eu tenho cá na escola...” E5.

“... gostam da disciplina porque é um momento em que eles podem extravasar todas as energias contidas...” E6.

Pires (2004) define a Educação Física como a disciplina que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de capacidades motoras e corporais através da prática desportiva.

O professor de Educação Física é considerado um elemento fundamental de atratividade e imagem da disciplina, de motivação e participação para a prática desportiva e criação de oportunidades para cooperação entre os alunos e grupos dentro e fora da Escola (De Knop et al., 2004).

Segundo os presidentes do conselho pedagógico o que os alunos valorizam mais na disciplina de Educação Física está representado no quadro n.º7.

Categorias	N.º
Desportos coletivos	2
Competição	2
Parte prática	1

Quadro n.º 7 - Opinião dos Presidentes do Conselho Pedagógico sobre os aspetos mais valorizados nas aulas de Educação Física

As categorias mais valorizadas foram Desportos coletivos e a Competição, ambas com a mesma incidência de respostas.

“... a parte dos desportos coletivos, são sempre motivadores...” E3.

“Eu acho que eles gostam mais dos desportos coletivos...” E7.

“Eu acho que é esse espírito de competição, de jogo de equipa...” E8.

“... por outro lado tem uma parte competitiva, que os jovens também têm, gostam dessa parte competitiva, sobretudo quando ligada à Educação Física...” E4.

Segundo Junior (2010), das várias modalidades desportivas, os jogos coletivos são os que possuem mais adeptos.

Estes contribuem para a educação das crianças e adolescentes, proporcionando reflexões a respeito de aspetos como cooperação, convivência, participação, inclusão, solidariedade, autonomia, entre outros (Oliveira, 2004).

Em relação ao desenvolvimento socio afetivo, Galatti e Paes (2006, citado por Junior, 2010) dizem que a prática deste tipo de jogos proporciona aos alunos noções de companheirismo, relacionamento com os colegas de equipa e com os adversários e que a habilidade individual se torna mais útil e importante se for aplicada em benefício do grupo.

Garganta (1995) destaca o desenvolvimento da cooperação, uma vez que esta é fundamental para jogadores de uma mesma equipa conquistarem os seus objetivos, e da inteligência, já que as modalidades coletivas colocam os seus praticantes em situações diferentes a cada momento, desenvolvendo a capacidade de interpretação e resolução de problemas durante o jogo.

Horário semanal

No estudo pretendeu-se verificar qual a opinião dos presidentes do conselho pedagógico relativamente à carga horária da disciplina, se é a mais indicada para a formação dos alunos.

Pela leitura do quadro n.º 8, verificamos que três entrevistados consideram que a carga horária deveria ter Mais horas, três consideram a carga horária Adequada e dois consideram que Não é a indicada.

Categorias	N.º
Mais horas	3
Adequado	3
Não	2
Suficiente	1

Quadro n.º 8 – Horário semanal

“... eu acho que poderia ser maior, porque eles precisam (...) dois blocos de de noventa ou até dois blocos de noventa mais quarenta e cinco minutos...” E5.

“... mais meio bloco semanal” E6.

“Parece-me que sim, ..., que está equilibrado” E2.

“Eu penso que está adequado, ...” E8.

“...penso que estará bem, mas nada de diminuir o que está atualmente”E4.

“... não acho adequado o bloco e meio que acontece” E3.

De acordo com Dyson (1995) e Pereira (1995), a Educação Física mobiliza sentimentos que outras experiências escolares, na opinião dos jovens, deveria ocupar maior espaço nas atividades letivas.

A Educação Física para muitos alunos é a disciplina que eles mais gostam na escola e esperam ansiosos pelo seu horário (Shigonov, 2001, p. 126).

A visão dos presidentes do conselho pedagógico vai de encontro à opinião de Bento (1999), que nos diz que o estatuto da disciplina de Educação Física está em declínio, uma vez que, o seu tempo no horário escolar está em redução, os recursos materiais e pessoais são inadequados.

De acordo com o Decreto-Lei n.º139/2012, de 5 de Julho (publicado após as entrevistas terem sido aplicadas aos indivíduos da amostra) a carga horária dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e também do ensino secundário pode ser distribuída pela própria escola, como está exposto no n.º4 do artigo 20.º que diz: “que compete aos agrupamentos de escolas e às escolas não agrupadas estabelecer o tempo semanal por disciplina no cumprimento do total de carga horária semanal de cada ano de escolaridade ou ciclo”.

O que poderá levar a uma diminuição do tempo letivo da disciplina de Educação Física. Provavelmente, se as entrevistas fossem realizadas posteriormente à publicação do decreto-lei referido, certamente que as respostas ainda seriam mais assertivas no aumento da carga horária da disciplina de Educação Física.

Conteúdos programáticos

Para a maioria dos entrevistados os conteúdos programáticos da disciplina de Educação Física estão integrados na categoria Adequados, contudo, dois admitem Não conhecerem o currículo, como podemos ver em baixo no quadro n.º9.

Categorias	N.º
Adequados	5
Não conheço o currículo	2
As próprias escolas fazem a gestão dos conteúdos	1
Mais modalidades	1

Quadro n.º 9 – Conteúdos programáticos

“... eu penso que sim, que estão adaptados” E8.

“... acho que estão adequados...” E7.

“eu não tenho conhecimento, não conheço o programa da disciplina...” E5.

Segundo Del Valle et al (2005) um dos últimos objetivos do ensino e das estratégias de aprendizagem de conteúdos em Educação Física, é “ensinar a pensar”, só assim se consegue que o aluno seja independente e tenha autonomia. Por sua vez, o professor deve desenvolver no seu aluno a capacidade de refletir criticamente sobre as suas próprias ações e sobre a sua própria aprendizagem dos conteúdos.

A Escola é uma instituição indispensável na sociedade que tem no seu currículo todos os conteúdos considerados fundamentais para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. A

Educação Física faz parte desses conteúdos, e está presente em todos os anos de escolaridade, o fato de os seus objetivos não poderem ser atingidos por outra disciplina confere-lhe um estatuto pedagógico (Marques, 2010).

A Educação Física como disciplina curricular, na opinião de Marques (2010), tem objetivos educacionais que lhe são inerentes (cognitivos, sociais e emocionais) que contribuem para a formação global do aluno.

Para alguns dos entrevistados o currículo da disciplina de Educação Física está desatualizado, os jovens gostam de modalidades mais radicais e necessitam de algo novo para se sentirem ainda mais motivados, o que vai de encontro à opinião de Bento (1999) o currículo escolar está desatualizado, estando os conteúdos ultrapassados e não se tem em conta os interesses e motivações dos jovens relativamente a atividades direcionadas para a aventura, condição física, saúde, ecologia. No entanto, a UNESCO (1978) defende que qualquer sistema educativo deve reservar para a Educação Física o lugar e importância necessários para que haja um equilíbrio entre a atividade física e os outros elementos da educação. Defendem também que os programas de Educação Física devem ser elaborados de acordo com as necessidades e características dos praticantes.

A Educação Física está presente em todos os anos de escolaridade, e os seus objetivos não podem ser atingidos por outra disciplina, o que lhe dá um papel pedagógico fundamental (Marques, 2010).

Avaliação

Relativamente à avaliação da disciplina de Educação Física, podemos verificar no quadro n.º 10, que 50% da amostra acha que a avaliação da disciplina de Educação Física é a indicada para os alunos, tendo assinalado a categoria Sim.

Categorias	N.º
Sim	4
Mais ou menos	1
Complexa	1
São facilitadoras	1
Critérios de avaliação estão adequados	1

Quadro n.º 10 - Avaliação

“... parece-me o indicado para aquilo que temos no momento” E3.

“Eu acho que sim...” E1.

No que respeita à avaliação dos alunos, comparativamente à anterior legislação (Decreto-Lei n.º6/2001, de 18 de janeiro), o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, estabelece novas diretrizes de avaliação dos alunos do ensino secundário. A disciplina de Educação Física deixou de contar para a média final do secundário, como se pode ler no n.º4 do artigo 28.º: exceto quando o aluno pretenda prosseguir estudos nesta área, a classificação na disciplina de Educação Física é considerada para efeitos de conclusão do nível secundário de educação, mas não entra no apuramento da média final. No entanto, nem sempre é dado o devido valor e credibilidade à avaliação da disciplina de Educação Física, pois considera-se que o objetivo da disciplina é de descontração e relaxamento e que a avaliação é menos importante porque os alunos não têm que estudar matérias, o que não tem valor para o seu futuro (De Knop et al., 2004).

Em sentido contrário a UNESCO (1978) sustenta que todos os sistemas educativos devem destinar para a Educação Física o lugar e a importância necessários no estabelecimento do equilíbrio e reforço das relações entre as atividades físicas e outros elementos da educação.

Valorização da Educação Física por parte dos Presidentes do Conselho Pedagógico

Quanto à valorização da Educação Física, registamos os aspetos que os presidentes do conselho pedagógico valorizam mais e menos.

No quadro n.º11 temos as categorias que valorizam mais e no quadro n.º 12 as categorias que valorizam menos.

Categorias	N.º
Globalidade da disciplina	2
Parte prática	2
Contributo que pode dar às outras disciplinas	1
Implementação de dinamismo na escola	1
Competências que as outras disciplinas não podem desenvolver	1

Quadro n.º 11 – Aspetos mais valorizados na Educação Física

As categorias mais assinaladas foram a Globalidade da disciplina e a Parte prática.

“ A globalidade da disciplina...” E1.

“... a parte desportiva... a parte prática da disciplina...” E7.

“ Na disciplina de Educação Física eu valorizo mais aquilo que os miúdos podem fazer na parte prática” E5.

Segundo o artigo 3º do Decreto Lei n.º 139/2012 de 5 de julho, um dos princípios orientadores diz-nos que a redução da dispersão curricular e do reforço da carga horária será nas disciplinas fundamentais, disciplinas essas que são o Português, a Matemática, a História, a Geografia, a Físico-Química e as Ciências Naturais. A disciplina de Educação Física continua em segundo plano.

Os presidentes do conselho pedagógico, como podemos verificar no quadro n.º 11, referiram que valorizam a globalidade da disciplina, indicando que é importante e que esta tem competências que as outras disciplinas não podem desenvolver.

Se a recolha de dados fosse feita depois da publicação deste decreto-lei, possivelmente que as respostas se manteriam ou seriam até mais reforçadas.

As categorias que os presidentes do conselho pedagógico das Escolas valorizam menos na disciplina de Educação Física, estão referidas no quadro abaixo indicado.

A categoria mais assinalada foi Nada, por 50% da amostra, ou seja, para os presidentes do conselho pedagógico que assinalaram esta resposta, não há nada que eles valorizem menos na disciplina de Educação Física.

Categorias	N.º
Nada	4
Testes escritos	1
Contar para a média	1
Equipamento	1

Quadro n.º 12 – Aspetos menos valorizados na Educação Física

“ não a parte do menos não tenho ” E3.

“... todos os aspetos são positivos...” E4.

De acordo com a maioria das respostas dos nossos entrevistados tudo é importante na Educação Física, contribuindo em grande parte para criar nos alunos hábitos vitalícios pela prática de atividades físicas e desportivas, desenvolver e melhorar a saúde e o bem estar, proporcionar satisfação e interação social e ajudar a prevenir problemas de saúde (WHO, 2000, citado por Marques, 2010).

Atividades Extracurriculares

No nosso estudo pretendemos saber qual a importância que os presidentes do conselho pedagógico dão às atividades extracurriculares. Se são organizadas atividades extracurriculares na escola, porquê e que tipo de atividades são organizadas.

Categorias	N.º
Importante	7
Não	1

Quadro n.º 13 – Importância das atividades extra curriculares na Escola

Quase a totalidade dos entrevistados concordam que as atividades extracurriculares se enquadram na categoria Importante.

“... *importantíssimo*...” E7.

“*É importante. Eu acho importante*...” E6.

Abrantes (2003), refere que as atividades extracurriculares são experiências marcantes para os participantes, dando a oportunidade de viver uma relação diferente com a Escola, uma vez que, a sociabilização, a integração, valorização do trabalho, o corte com a rigidez do espaço/ tempo das aulas, o contacto com novas experiências e a capacitação de novas competências.

As atividades extracurriculares têm a função de proporcionar mais uma aprendizagem para o aluno possibilitando a sociabilização, uma maior autoestima e uma panóplia diversificada de conhecimentos (Rosa et al, 2011). Ainda na opinião do mesmo autor, as atividades extracurriculares contribuem para a aquisição de valores, como a cooperação, a socialização, o respeito, o trabalho de equipa, entre outros.

Vejamos no quadro n.º 14 porque reconhecem os presidentes do conselho pedagógico das Escolas que as atividades extra curriculares são importantes para a vida escolar.

Categorias	N.º
Dá outra dinâmica	2
Trazer os pais à escola	1

Quadro n.º 14 – Razão da importância das atividades extracurriculares

A maioria dos presidentes do conselho pedagógico assinalaram a categoria Dá outra dinâmica à escola como mais importante.

“... *dá outra dinâmica à escola*.” E1.

“*Essa dinâmica, ..., dinamiza e dinamiza bem*.” E8.

As atividades extracurriculares que devem ser dinamizadas e de que tipo, segundo a opinião dos presidentes do conselho pedagógico das escolas, estão apresentados no quadro seguinte.

Categorias	N.º
Desporto Escolar	2
Torneios	2
Atividades que coloquem a disciplina do avesso para dar a conhecer à comunidade	2
Palestras	1
Promoção da saúde	1
Deveriam integrar-se no plano anual de atividades	1

Quadro n.º 15 – Género de atividades extra curriculares

As categorias mais assinaladas foram Desporto Escolar, Torneios e Atividades que coloquem a disciplina do avesso para dar a conhecer à comunidade.

“ O próprio desporto escolar...” E8.

“... torneios...e que dão alguma dinâmica à escola” E1.

“ ... devem ser dinamizadas todas aquelas atividades que... coloquem a disciplina do avesso, ou seja, que mostrem a disciplina aos outros” E6.

Analisando o DL n.º 95/91, de 26 de fevereiro (regime jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar), averiguamos que o Desporto Escolar é definido como “ o conjunto de práticas lúdico desportivas e de formação com objeto desportivo desenvolvidas com complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integrados no plano de atividades da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo (artigo 5º).

Na mesma linha de pensamento dos presidentes do conselho pedagógico, Pina (1997, citado por Freire, 2010) afirma que estas atividades são uma ferramenta fundamental para o rejuvenescimento da Escola.

Organização de Atividades

No quadro n.º16 podemos ver as respostas dos nossos entrevistados relativamente à realização ou não de atividades na Escola por parte do grupo de Educação Física.

Categorias	N.º
Sim	6
Não	1

Quadro n.º 16 – Opinião dos Presidentes do Conselho Pedagógico relativamente à realização de atividades por parte do Grupo de Educação Física

“ Realiza normalmente as atividades...” E6.

“ Sim. Realiza várias.” E2.

Pela análise do quadro n.º16, verificamos que os presidentes do conselho pedagógico, pertencentes à amostra do nosso estudo, relatam que o grupo de Educação Física das suas Escolas organiza atividades. Estas, na perspetiva dos entrevistados, são muito benéficas não só para os alunos como para toda a comunidade escolar.

Seis dos entrevistados assinalaram a categoria Sim, na escola deles o grupo de Educação Física realiza atividades.

No quadro n.º 17, podemos constatar as atividades que são realizadas pelo grupo de Educação Física das escolas pertencentes à nossa amostra.

A categoria mais relevante foi Desporto Escolar, seguida da categoria Caminhadas e da categoria Atividades desportivas várias.

Categorias	N.º
Desporto Escolar	3
Caminhadas	2
Atividades desportivas várias	2
Torneios	1
Ação de formação	1
Prova de ciclismo	1
Atividades competitivas	1
Atividades no âmbito da saúde	1
Atividades desportivas normais	1

Quadro n.º 17 – Atividades realizadas pelo grupo de Educação Física

“... essencialmente no âmbito do desporto escolar...”E3.

“... organiza-se uma caminhada anual...” E1.

Como defende Gonçalves (2002), o desporto escolar é uma continuidade do trabalho realizado na disciplina de Educação Física, as atividades são consideradas um instrumento pedagógico no processo educativo dos alunos, devendo orientar-se para os seguintes objetivos: proporcionar a todos um leque de atividades desportivas no âmbito recreativo ou competitivo, de formação ou orientação desportiva, de modo a proporcionar-lhes competências motoras; o desenvolvimento do conceito de cidadania; aprendizagem dos valores e princípios de espírito desportivo e da tolerância, do respeito pelas diferenças, da aceitação do “outro”; influenciar a adoção de estilos de vida ativos.

Observamos no quadro n.º18 as respostas dos indivíduos da nossa amostra relativamente às atividades realizadas, se pensam que são as adequadas. Como podemos verificar categoria Sim foi a mais assinalada.

Categorias	N.º
Sim	3
Bastante adequadas	1
Não	1

Quadro n.º 18 – Atividades realizadas são as adequadas

“*Sim, sim... aí sim não tenho dúvidas...*” E2.

“*Sim, acho que sim.*” E1.

Pela leitura do quadro n.º 19, verificamos quais as atividades mais valorizadas pelos presidentes do conselho pedagógico, das escolas que fazem parte da nossa amostra. A categoria mais assinalada foi Desporto Escolar.

Categorias	N.º
Desporto Escolar	2
Ginástica	1
Todas são importantes	1
As que envolvem efetivamente todos os alunos	1

Quadro n.º 19 – Atividades realizadas pelo grupo de Educação Física consideradas mais importantes

“*... valorizo o desporto escolar...*” E1.

“*... há o desporto escolar em que todos participam...*” E3.

“O desporto escolar é, realmente, um direito de todos os alunos, é uma porta aberta também para os que são menos dotados e onde não existem suplentes mas apenas titulares” (Matos, 1999, p. 103).

Para o mesmo autor (Matos, 1999), o desporto escolar é uma prática voluntária e uma atividade de complemento curricular inserido no projeto de escola e na comunidade educativa envolvente onde todos os alunos podem aceder e participar. Defende também que o desporto escolar não se deve orientar para o rendimento desportivo mas para o aspeto formativo, que

tem um importante papel na escola e no seu processo educativo, pois é um elemento crucial para a cidadania como meio para a formação integral dos seus praticantes.

Educação Física vs Escola de qualidade

Para a maioria dos entrevistados a Educação Física e os seus profissionais poderão contribuir para uma escola de qualidade se forem bons profissionais. Pela leitura do quadro n.º20 verificamos que foi essa a categoria mais assinalada Ser bom profissional.

Categorias	N.º
Ser bom profissional	6
Integrar-se e participar nas atividades	1
Aperfeiçoar o desenvolvimento de competências que não são desenvolvidas noutras disciplinas	1
Fazer atividades	1

Quadro n.º 20 – Caraterísticas dos professores de Educação Física para contribuírem para a escola de qualidade

“ é quando tudo aquilo que nós fazemos, seja feito com profissionalismo...” E4.

“Desempenharem o seu papel como todos os professores, ..., com profissionalismo...”
E8.

A UNESCO (1978) defende que qualquer sistema educativo deve reservar para a Educação Física o lugar e a importância necessária no estabelecimento do equilíbrio e reforço das relações entre atividades físicas e os outros elementos de Educação.

Também De Knop (2004) é da opinião que os outros professores, diretores escolares e pais acreditam que o professor é a chave da qualidade da disciplina, ou seja, se for um bom profissional, como referiram os nossos entrevistados, que por sua vez contribui para uma escola de qualidade. Como referiram os elementos da nossa amostra ter bons profissionais é sinónimo de qualidade, escola de qualidade.

Perante isto, precisamos de nos consciencializar de que a nossa prática, enquanto classe de professores, não tem sido das mais bem elaboradas e isto também contribui para que as

pessoas não conheçam para que serve a disciplina de Educação Física na Escola (Godoy, 1995).

Apoio dado à Educação Física

Os nossos entrevistados consideram o apoio prestado à Educação Física e aos seus profissionais, por parte do presidente do conselho pedagógico da escola, que o que é fundamental é Aprovação das atividades, tendo sido a categoria mais assinalada (quadro n.º21).

Categorias	N.º
Aprovação das atividades	3
Estimular para um maior envolvimento na escola	2
Apoio financeiro	2
Boas condições de trabalho	1

Quadro n.º 21 – Apoio dado à Educação Física por parte dos órgãos de gestão

“... os diferentes órgãos têm que valorizar e aprovar e dar sugestões nos projetos que são apresentados...” E4.

“... o que as escolas devem fazer... com estes profissionais é chamá-los à discussão, chamá-los às tomadas de decisão, chamá-los à partilha de resultados.” E6.

“Todos os apoios nesta escola que a Educação Física pediu, todos foram concedidos, desde dinheiro para transporte, desde equipamento...” E5.

Medeiros (2009, citado por Rosa, 2011), refere que numa escola onde as condições para a prática da Educação Física sejam deficientes, em que não haja material suficiente, pode contribuir para a desvalorização da disciplina por parte dos alunos que a considerarão pouco importante para a sua formação. Por esta razão é fundamental que os professores de Educação Física estejam completamente integrados no meio escolar, como também é a opinião partilhada pelos presidentes do conselho pedagógico, pois o profissional de Educação Física deve estar sempre bem atualizado sobre os acontecimentos da escola e da sociedade como um

todo, que participe nas reuniões e na construção do projeto educativo da escola, mostrando a sua opinião e o seu conhecimento para dar o seu contributo aos demais profissionais e à própria escola (Santos, 2008).

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Pretendemos, desde o início deste trabalho, que este estudo se transformasse num instrumento útil para futuras investigações sobre as representações de presidentes de conselhos pedagógicos relativamente à disciplina de Educação Física. No entanto, realçamos que as conclusões não pretendem fazer generalizações, dar explicações ou criar teorias, mas sim unicamente constituir uma tentativa de compreensão do problema abordado no presente estudo. Investigar as representações dos presidentes do conselho pedagógico relativamente à disciplina de Educação Física permitiu conhecer e compreender um pouco melhor o modo como eles pensam e como caracterizam esta disciplina escolar. Em concordância com os objetivos do nosso estudo enunciados, seguidamente, as principais conclusões.

Quanto ao significado da disciplina de Educação Física, os nossos entrevistados encaram-na como sendo nuclear na Escola e também fundamental na formação dos alunos pela criação de hábitos de vida saudável que podem perdurar no tempo, bem como na transmissão de valores e no cumprimento de regras.

Relativamente ao contributo da Educação Física na construção de uma Escola de qualidade, os indivíduos da nossa amostra caracterizam-na como uma disciplina que incrementa outras valências, que só esta disciplina pode desenvolver e que contribuem também para a construção de uma Escola de qualidade, sendo assim colmatadas algumas lacunas que as outras disciplinas não conseguem resolver.

Para os nossos entrevistados, a Educação Física é uma disciplina muito valorizada pelos alunos. Na sua opinião o que os alunos valorizam mais são os desportos coletivos e a vertente competitiva.

Relativamente à carga horária da disciplina, verificamos que consideram que esta deveria ser mais alargada, ter mais horas.

Para a maioria dos entrevistados os conteúdos programáticos da disciplina de Educação Física são adequados.

Relativamente à avaliação da disciplina de Educação Física podemos verificar que a consideraram indicada para os alunos.

Averiguamos que a valorização da Educação Física, incide na globalidade da disciplina e na parte prática, sendo que não há nada que valorizem menos na disciplina. De acordo com os nossos entrevistados tudo é importante na Educação Física,

Quase a totalidade dos entrevistados concordaram que as atividades extracurriculares são importantes, pois dão outra dinâmica à escola, referindo que devem ser estimuladas na Escola. Sobre estas atividades mencionaram que as mais dinamizadas são do Desporto Escolar e Torneios.

Relativamente à realização de atividades na Escola por parte do grupo de Educação Física, os entrevistados referiram que nas suas escolas são organizadas, considerando-as muito benéficas não só para os alunos como para toda a comunidade escolar.

As atividades que são mais realizadas pelo grupo de Educação Física nas Escolas estão ligadas ao Desporto Escolar e consideraram que são as adequadas tanto em qualidade como em quantidade. As atividades referidas anteriormente também são as que são mais valorizadas pelos Presidentes do Conselho Pedagógico.

A Educação Física e os seus profissionais poderão contribuir para uma escola de qualidade se forem bons profissionais, relataram os nossos entrevistados.

Consideraram que o maior apoio, que o presidente do conselho pedagógico da escola pode prestar à Educação Física e aos seus profissionais, é a Aprovação das atividades.

5.1. Limitações do Estudo

Pensamos que uma pesquisa realizada nas Escolas permite revelar um pouco da realidade que se pretende explorar, sabendo que os resultados obtidos não podem ser transpostos para outras realidades. Parece-nos patente que a realidade experienciada pelos Presidentes do Conselho Pedagógico de Escolas do interior do país deverá ser decerto diferente da realidade de Escolas do litoral.

É importante ter em conta que uma pesquisa é sempre enquadrada num determinado período temporal, implicando que quando se realizam considerações acerca das representações, práticas e aspirações dos Presidentes do Conselho Pedagógico relativamente à disciplina de Educação Física, elas reportam-se a esse determinado e preciso período temporal.

Ao longo da realização deste estudo encontramos algumas restrições metodológicas e processuais, nomeadamente o fato da amostra ser reduzida, podendo o número de Presidentes do Conselho Pedagógico envolvidos na investigação ter influenciado as características das conclusões alcançadas no estudo.

O fato de existir pouca investigação realizada sobre esta temática parece-nos constituir outra limitação relacionada com o caráter exploratório da investigação.

Contudo, entendemos que as limitações devem ser consideradas como oportunidades para melhorar o estudo realizado, pelo que devem contribuir para a descoberta de possíveis caminhos de futuras investigações.

5.2. Sugestões para futuros estudos

Realçando as limitações referidas anteriormente e porque temos consciência que o presente estudo é somente um pequeno e simples contributo aos conhecimentos já construídos sobre esta linha de investigação, pensamos que é importante indicar algumas sugestões para futuros estudos.

Com o objetivo de obter resultados mais conclusivos, a entrevista deverá ser aplicada a uma amostra maior e diversificada em termos de variáveis independentes (sexo, idade, anos de experiência no cargo, etc.), permitindo obter uma maior quantidade de dados.

Pensamos ser importante e interessante aplicar esta investigação em Escolas localizadas em regiões distintas do país, porque constituem realidades diferentes, principalmente, comparar representações da disciplina de Educação Física em Presidentes do Conselho Pedagógico de Escolas do litoral e do interior.

Outra sugestão passaria pela compreensão, análise e comparação das representações, práticas e aspirações dos Presidentes do Conselho Pedagógico de escalões etários mais diferenciados e anos de experiência no cargo.

Por fim, a comparação de estudos, nos quais os resultados sejam obtidos através de investigação qualitativa e/ou quantitativa e verificação de variações nas representações dos Presidentes do Conselho Pedagógico ao longo do seu percurso nesta função.

5.3. Considerações Finais

Em primeiro lugar, este trabalho foi mais um pequeno passo no nosso processo contínuo de crescimento como pessoa, professora e educadora. E outros passos se exigem. Um professor também aprende todos os dias. A realização deste nosso trabalho tinha também esse objetivo: aprendermos. Não sei se seremos hoje melhores professores do que éramos ontem. Somos seguramente professores diferentes

Os objetivos a que nos propusemos com a realização deste trabalho foram atingidos.

O caminho que foi desbravado na realização deste trabalho é um caminho que abre outros caminhos, que abre outras opções e que nos solicita tomadas de decisões. Nem sempre as decisões que adotámos foram as mais corretas. Provavelmente, hoje, teríamos tomado a decisão de realizar a experiência num número mais alargado de escolas.

O nosso trabalho teve início em outubro de 2011. As entrevistas foram aplicadas durante os meses de maio e junho de 2012. Posteriormente à aplicação das entrevistas, em 5 de julho, saiu nova legislação (Decreto-Lei N.º 139/2012 de 5 de julho) relativa à alteração do horário de Educação Física para o 3º Ciclo, ou seja, cada escola tem autonomia para distribuir as horas pelas áreas das expressões e deixa de contar para a média final no ensino secundário. Esta conjuntura poderá inculcar nos alunos a ideia de que a disciplina constitui algo

secundarizável, o que determinará a sua desmotivação pois, já não necessitarão de se esforçar para obterem uma boa nota.

Esperamos que a o Decreto-Lei já enunciado, venha a ser revisto num futuro próximo.¹

.

¹ É de salientar que nenhum dos entrevistados apontou no sentido da nova legislação, o que poderá ser algo a ponderar e a ter em conta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Abrantes, Pedro (2003). *Os sentidos da escola – identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade*. Oeiras: Celta Editora.
2. Alves- Pinto, C., (1995). *Sociologia da Escola*. Lisboa. McGraw-Hill.
3. Aranha, A.; Melo, P. (2006). Níveis de satisfação com as aulas de Educação Física. *Horizonte*, XXI, 121, 8–16.
4. Araújo, L. & Santos, V. (2009). *A importância da Educação Física Escolar na Formação Social dos Alunos da Educação Infantil*. Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro. Boletimef.
5. Azevedo, Joaquim (1995). *Uma Escola para remar contra o medo*. Forum Estudante.
6. Azevedo, Joaquim (1999). *O Ensino Secundário em Portugal*. Ministério da Educação.
7. Azevedo, Joaquim (1996). *Educação, Um Tesouro a Descobrir*. 50º Aniversário da Unesco, disponível em <http://www.joaquimazevedo.com/Pesquisa/ListaCompleta.asp>, acedido em 03/01/2012.
8. Azevedo, Joaquim (2000). *Das escolas Sísifos, às escolas re-institucionalizadas*. Seminário: Escola Jovem: um novo olhar sobre o ensino médio. Brasília.
9. Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
10. Bento, J. (1986). Acerca do papel do professor de Educação Física. *Horizonte*, III, n.º 13, 3-6.
11. Bento, J. (1991). As funções da Educação Física. *Horizonte*, VIII, 45, 100–107.

12. Bento, J. (1995). *O outro lado do desporto. Vivências e reflexões pedagógicas*. Campo das Letras, Editores, S. A. Porto.
13. Bento, J., Garcia, R., Graça, A. (1999). *Contextos da Pedagogia do Desporto*. Lisboa: Livros Horizonte.
14. Betti, Mauro; Zuliani, Luiz Roberto (2002). Educação Física Escolar: Uma proposta de diretrizes pedagógicas. *Mackenzie 1*, 73-81.
15. Brandão, D. (2002). *Expectativas e importância atribuída à disciplina de Educação Física*. Tese de Mestrado. Porto: Universidade do Porto, FCDEF.
16. Bogdan, R., Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
17. Canário, R. (1993). *Inovação e projeto educativo de escola*. Lisboa: Educa.
18. Carreiro, C. (1988). *O Sucesso pedagógico em Educação Física: estudo das condições e fatores de ensino aprendizagem associados ao êxito numa unidade didática*. Tese de Doutoramento não-publicada. ISEFL
19. Castelli, D. & Rink, J. (2003). Chapter 3: a comparison of high and low performing secondary Physical Education programs. *Journal of Teaching in Physical Education*, 22, 512-532.
20. Castilho, S. (2002). *A gestão educacional e a globalização. Uma análise crítica dos comportamentos gestionários prevalentes*. In M.F. Patrício (Ed.). *Globalização e Diversidade. A Escola Cultural, Uma Resposta* (pp. 135-140). Porto: Porto Editora.
21. Castro, Lisete (1987). A Escola, contexto de desenvolvimento pessoal. *Cadernos de Consulta Psicológica*, pp. 13-26.

22. CNAPEF. (2002). Dez anos após a reforma – Perspetivas para a Educação Física e o Desporto Escolar. *Horizonte*, XVIII, 103, 32 – 39.
23. Costa, José (1999). O papel da escola na sociedade actual: implicações no ensino das ciências. *Millenium*, 15, disponível em http://www.ipv.pt/millenium/15_pers3.htm, acessado em 04/01/2012.
24. Couto, A. (2006). *A Educação Física à Luz do Movimento da Escola Cultural*. Dissertação de Doutoramento no ramo da Ciência do Desporto. Porto: Universidade do Porto, FADEUP.
25. Crato, N.; Savater, F.; Castillo, R.; Damião, H. (2010). *O valor de educar, o valor de instruir*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
26. Crum, B. (2000) Funções e competências dos professores de educação física: consequências para a formação inicial. *Boletim SPEF*, n.23, 61-76.
27. Dacal, G. (1986). *Administración Educativa (Diccionario)*. Madrid: Anaya.
28. Davies, D; Marques, R; Silva, P. (1997). *Os Professores e as Famílias*. Lisboa. Livros Horizonte.
29. Deon, A. & Fonseca, G. (2010). A importância da Educação Física na formação escolar: a opinião dos alunos do Ensino Médio. *Revista Digital – EFDEPORTES*, 142. Acessado a 07/08/2012, retirado de <http://www.efdeportes.com/efd142/a-importancia-da-educacao-fisica-na-formacao-escolar.htm>.
30. De Knop, P., Theeboom, M., Huts, K., Hoecke, J., & Martelaer, K. (2004). The quality of school physical education in Flemish secondary schools. *European Physical Education Review*, 10 (1), 21–40.
31. Decreto-Lei N.º 95/91 de 26 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis N.ºs 133/93 e 141/93, ambos de 29 de Abril, e Decreto-Lei N.º 165/96,

de 5 de Setembro e rectificado nos termos da Declaração de Retificação N.º 35/91, de 27 de Março, publicada no DR, I-A, suplemento, de 30.03.1991 e DL 74/2004). Diário da República. 1ª Série, n.º47, 940-942.

32. Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio. Diário da República 1ª série – A , 2521-2530.
33. Decreto-Lei n.º6/2001, de 18 de janeiro. Diário da República 1.ª série – A, n.º15, 258-265.
34. Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. Diário da República. 1ª série, n.º 79, 2349-2350.
35. Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho. Diário da República. 1.ª série, n.º 126, 3340-3364.
36. Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho. Diário da República 1.ª série, n.º 129, 3476-3491.
37. Del Valle, S., Ruiz, L. M., De la Veja, R., Velázquez, R. & Diaz, P. (2005). Sabemos que contenidos aprenden los escolares en E.F.?. *Motricidad – European Journal of Human Movement*, 13, 87-106.
38. Delors, J. et al. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO*. Porto: Asa.
39. Dias, J. (1999). *A Problemática da Relação Família – Escola e a Criança com Necessidades Educativas Especiais*. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência.
40. Dyson, B. (1995). Students' voices in two alternative elementary physical education programs. *Journal of Teaching in Physical Education*, 14, 394-407.

41. Fairclough, S., Stratton, G. & Baldwin, G. (2002). The contribution of secondary school Physical Education to lifetime physical activity. *European Physical Education Review*, 8 (1), 69-84.
42. Faria, F. (2005). *O papel da Educação Física na ocupação do tempo livre – o caso da Escola Secundária de Gondomar*. Dissertação de Mestrado FCDF – Universidade do Porto.
43. Fernandes, A. (s.d). *Sociedade, Família e Escola*. Departamento de Sociologia da FLUP.
44. Freire, J. (2010). *Desporto Escolar – Uma possível estratégia no combate ao Insucesso Escolar*. Dissertação de Mestrado. Vila Real: Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.
45. Foddy, W. (1996). *Como Perguntar, teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta Editora.
46. Fonseca, Vitor (1999). *Insucesso Escolar – abordagem psicopedagógica das dificuldades de aprendizagem*. Lisboa: Âncora Editora.
47. Garcia, R. & Queirós, P. (2000). A Educação Física perante os novos valores sociais. *Praxis da Educação Física e dos Desportos*, II (3), 55-65.
48. Godoy, J. (1995) *Educação Física Escolar: ser... ou não Ter?* Campinas: UNICAMP.
49. Gomes, P. (2003). *Escola, Educação Física e Atividade Física. Fatos, Equívocos e Orientações para um Caminho a Percorrer*. FCDEF – .Universidade do Porto. In: A. Pereira (Coord.), *A Atividade física: do lazer ao rendimento. A estética, a saúde e o espetáculo* (pp.): Viseu.
50. Gonçalves, C. (1998). *Relações entre características e crenças dos alunos e os seus comportamentos nas aulas de Educação Física*. Tese de Doutoramento não publicada. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.

51. Gonçalves, C. (2002). Desporto Escolar – Parte I. *Revista Horizonte*, XVII, 102, II.
52. Gonçalves, M. (2009). *Avaliação externa de escolas*. Tese de Mestrado em Educação na especialização em Administração e Organização Educacional. Lisboa: Universidade de Lisboa, FCUL.
53. Grilo, M. (2002). *Desafios da Educação*. Lisboa: Oficina do Livro.
54. Haywood, K. (1991). The role of Physical Education in the development of active lifestyles. *Research Quarterly for Exercise and Sport*, 62 (2), 151-156.
55. Henrique, J., & Januário, C. (2005). Educação Física escolar: a perspetiva de alunos com diferentes perceções de habilidade. *Motriz*, 11 (1), 37-48.
56. Hérbert, L. & Goyette, M. (1990). *Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas - Epistemologia e Sociedade*. Lisboa: Instituto Piaget.
57. Januário, C. (1995). Educação Física Escolar. *Horizonte*, XI, n.º 66, 203-207.
58. Junior, J.; Gaion, P. & Oliveira, A. (2010). A pedagogia do expor-te como abordagem de ensino nos programas de iniciação aos jogos esportivos coletivos. *Revista Digital – EFDEPORTES*, 140. Acedido 26//09/2012, retirado de <http://www.efdeportes.com/efd140/iniciacao-aos-esportivos-coletivos.htm>.
59. Le Boulch, Jean Mattos (2008). *O corpo na escola no século XXI: práticas corporais*. São Paulo: Phorte.
60. Lei N.º 46/86, de 14 de outubro, com alterações introduzidas pela Lei N.º 115/97, de 19 de Setembro, e pela Lei N.º 49/2005, de 30 de agosto – Lei de Bases do Sistema Educativo. Diário da República. 1ª Série, n.º 237, 3067-3081.
61. Lei N.º85/ 2009 de 27 de Agosto. Diário da República. 1ª Série, n.º 166, 5635-5636.

62. Marmeleira, J.; Gomes, G. (2006). A disciplina de Educação Física no ensino secundário – A perspetiva dos alunos do Sudoeste Alentejano. *Horizonte*, XXI, 126, 36 – 41.
63. Marques, R. (1991). *A escola e os pais – Como colaborar?* Lisboa: Texto Editora.
64. Marques, H. (2002). *A coeducação no ensino secundário. Estudo sobre a atividade física em alunas do 12º ano da Escola Secundária do Pombal*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto, FCDEF.
65. Marques, A. (2010). *A Escola, a Educação Física e a Promoção de Estilos de Vida Ativa e Saudável: um Estudo de Caso*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
66. Marques, Paula (2010). *O Aluno na Relação Escola/Família: Perspetivas de Diretores de Turma do 3º Ciclo do Ensino Básico*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
67. Matos, B. (1999). *A Atração das Crianças e Jovens do Distrito de Coimbra para a Prática de Desporto Escolar – Estudo dos Principais Fatores de Socialização para o Desporto*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto, FCDEF.
68. Matos, M., & Sampaio, D. (coord) (2009). *Jovens com saúde: diálogo com uma geração*. Alfragide: Texto Editores.
69. Mattos, M. & Neira, M. (2004). *Educação Física na adolescência: construindo o conhecimento na escola*. São Paulo: Phorte.
70. McKenzie, T., Marshall, S., Sallis, J. & Conway, T. (2000). Student activity levels, lesson context, an teacher behavior during middle school Physical Education. *Research Quarterly for Exercise and Sport*, 71 (3), 249-259.
71. Ministério da Educação (1992). *A Educação Física no 1º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa. DGEBS – Ministério da Educação.

72. Moreira, S. (2006). *As atividades lúdico desportivas nas práticas de lazer em crianças do 1º Ciclo*. Tese de Mestrado em Estudos da Criança, área de especialização em Educação Física e Lazer. Braga: Universidade do Minho.
73. Mota, J., & Sallis, J. (2002). *Atividade física e saúde*. Porto: Campo das Letras.
74. Mouroço, P., Marques, S., Carvalho, M. (2008). A influência da Educação Física na edificação dos valores dos jovens atuais. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. *Revista digital – Buenos Aires*, 12, 118, 35 – 36.
75. Neira, M. G. (s.d). *O currículo da Educação Física frente à diversidade cultural: um estudo de caso*. USP. Capes.
76. Nunes, E. (1986). *Apontamentos da Cadeira Introdução à Educação Física do 1º Ano da Licenciatura em Ensino da Educação Física*, no ISEF/UP. Porto.
77. Oliveira, V. & Paes, R. (2004). A pedagogia da iniciação esportiva: um estudo sobre o ensino dos jogos desportivos coletivos. *Revista Digital – EFDEPORTES*, 140. Acedido a 26/09/2012, retirado de <http://www.efdeportes.com/efd71/jogos.htm>.
78. Patrício, M. (1992). *A formação de professores á luz da Lei de Bases dos Sistema Educativo*. Lisboa: Texto Editora.
79. Pedro, Ana (2002). *Percursos de uma educação em valores em Portugal Influências e estratégias*. Fundação Calouste Gulbenkian.
80. Pereira, P. (1995). *O pensamento e ação do aluno em Educação Física*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
81. Pereira, P., Costa, Francisco, Diniz, J. (1998). A motivação dos alunos para a Educação Física. *Horizonte*, XV, 86, 7 – 15.
82. Pereira, A. (2005). Dossier: A Educação Física e o Desporto em Portugal. A visão de um grupo de profissionais excelentes. *Horizonte*, XX, 118, I – XII.

83. Pereira, A. & Leitão, J. (2007). *Metodologia de investigação em Educação Física e Desporto: Introdução à análise de conteúdo*. Série Didática Ciências Aplicadas, 335. Vila Real: UTAD.
84. Pires, G. (2004). Para uma Educação Desportiva. *Revista a Página da Educação*, 135 (13), p. 4.
85. Polit, D. (1995). *Fundamentos de pesquisa*. Lisboa: Artes Médicas.
86. Quivy, R.; Campenhout, L. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. (3ª ed). Lisboa: Gradiva.
87. Rebelo, V. (2010). *Representações, práticas e aspirações de alunos do 12º ano de escolaridade face à disciplina de Educação Física*. Dissertação de Mestrado. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
88. Rego, L. (2002). A Educação Física e o Desporto Escolar. *Revista a Página da Educação*, 110 (11), p.12-13 acedido em 26/10/2011, disponível em <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=110&doc=8694&mid=2>.
89. Ribeiro, C. (2009). *A relação Escola/Família (escola e a família)*. Coimbra: Universidade de Coimbra - FPCE.
90. Rodrigues, C. (2005). *Educação Física Infantil: motricidade de 1 a 6 anos*. São Paulo: Phorte.
91. Romeu, S. (1987). *Escola: objetivos organizacionais e objetivos educacionais*. São Paulo: EPU.
92. Rosa, C., Santos, D., Drews, R. & Sawitzki, R. (2011). Atividades extracurriculares desenvolvidas junto a uma escola estadual de educação básica do município de Santa Maria, RS através do programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência, PIBID.

- Revista Digital – EFDEPORTES*, 155. Acedido a 08/08/2012, retirado de <http://www.efdeportes.com/efd155/atividades-extracurriculares-atraves-de-bolsa.htm>.
93. Sallis, J. & McKenzie, T. (1991). Physical Education's role in public health. *Research Quarterly for Exercise and Sport*, 62 (2), 124-137.
94. Santos, E. (1998). Em defesa da Educação Física. *Horizonte*, vol. XV, n.º89, 3-5.
95. Santos, F. (2001). *Da importância dos conteúdos na atitude dos alunos face à aula de Educação Física*. Tese de Mestrado em Ciências do Desporto. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.
96. Santos, C. (2008). Educação Física escolar: um olhar reflexivo. *Revista Digital – EFEDPORTES*, 123. Retirado de <http://www.efdeportes.com/efd123/educacao-fisica-escolar-um-olhar-reflexivo.htm>.
97. Saraiva, Dinis Augusto (2002). Participação dos Professores na Escola. *Millenium*, 25, acedido em 23/10/2011, disponível em http://www.ipv.pt/millenium/Millenium25/25_34.htm.
98. Saviani, D. (2005). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Coleção Educação Física, 9ª Ed., Campinas, SP: Autores Associados.
99. Shigonov, V. (2001). *Metodologia e estilos de ensino dos professores de educação física*. Paraná: Midiograf.
100. Sobral, F. (1985). *Introdução à Educação Física*. Lisboa: Livros Horizonte.
101. UNESCO (1977). *Antologia Desportiva. O Papel da Educação Física e do Desporto na formação da Juventude na perspectiva da educação permanente*.
102. UNESCO, (1978). *Carta Internacional da Educação Física e Desporto da UNESCO*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação.

103. Vygotsky, L. S. (1994). *A formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes.

104. Wang, G., Pereira, B., & Mota, J. (2005). Indoor Physical Education Measured by Heart Rate Monitor: A Case Study in Portugal. *The journal of Sports Medicine and Physical Fitness*, 45, 2, 171-177.

ANEXO

Guião de Entrevista

1. O que significa para si a disciplina Educação Física?
 2. Na sua opinião a disciplina de Educação Física tem algum papel na construção de uma escola de qualidade? Qual?
 3. Em seu entender a Educação Física é uma disciplina importante para a formação dos alunos? Porquê?
 4. Atendendo à experiência enquanto docente e presidente deste órgão, como é que alunos olham para esta disciplina? Genericamente, gostam ou não? Porquê? De que gostam mais?
 5. Na sua opinião o horário semanal da disciplina de Educação Física é o indicado para a formação dos alunos?
 6. E os conteúdos programáticos da disciplina são adequados à sua formação e desenvolvimento?
 7. O tipo de avaliação dos alunos é o mais indicado para os alunos?
 8. Como Presidente do Conselho Pedagógico o que é que valoriza mais na disciplina de Educação Física? E menos?
 9. É importante que o grupo/departamento de Educação Física organize/dinamize atividades extracurriculares na Escola? Porquê? Que tipo de atividades devem ser dinamizadas?
 10. O departamento de Educação Física da sua Escola/agrupamento realiza normalmente as atividades? Que atividades são realizadas? São as mais adequadas em qualidade e em quantidade? Quais as que valoriza mais?
 11. O que é que a Educação Física e os seus profissionais, deverão fazer para a construção de uma escola de qualidade?
 12. Que tipo de apoios os diversos órgãos da escola poderão prestar à Educação Física, e os seus profissionais, para que tal objetivo seja alcançado?
-

